



ACTA N.º 03/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 26 DE JUNHO DE 2009

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, no salão paroquial da Freguesia da Barreira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem faltaram os seguintes:

Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que foi substituído pelo José Pinto Guedes, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Fernando Rodrigues Antunes Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, que foi substituído por Filomena Coelho Batista, António Francisco Febra Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, José Carlos Lopes Gomes Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, que foi substituído por Jorge Pereira Rodrigues, José Carlos Gomes Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, Paulo Pedrosa Pedro, que foi substituído por Ventura José rolo Tomás, Rui Manuel da Silva Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que foi substituído por José Augusto Pinto Guedes, Cláudio de Jesus, que foi substituído por Firmino Fonseca, Filipe dos Santos Vieira, que foi substituído por Céline Lampreia Pinheiro, José Manuel Silva, que foi substituído por António Pereira Fernandes, Francisco do Rocio Francisco, que foi substituído por Manuel Carreira Gaspar, Carlos Alberto Gomes Luso, Felisberto Ferreira Gonçalves, João Luís Fonseca, que foi substituído por Manuel da Conceição Batista, João Manuel Cunha, que foi substituído por Armando Vieira Cardoso, José Augusto Esteves, que foi substituída por Carlos Guerra Coelho, Nuno Miguel Santo, que foi substituído por Filipe Joaquim Santos Oliveira, e Pedro Lopes Faria, que foi substituído por João Curado Silva.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores vereadores: Vítor Lourenço, Neusa Magalhães, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira e Carlos Martins. Estiveram ausentes os senhores vereadores Raul Castro e António Ferreira.



A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhoras deputados: Paulo Oliveira Reis e Ana Cristina Branco, 1º e 2º secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – **Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DO ANO DE 2008 – **Apreciação;**
3. XI MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – I REVISÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
4. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO – **Apreciação e votação;**
5. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA E DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL – **Apreciação e votação;**
6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA – ALTERAÇÃO DO OBJECTO – **Apreciação, discussão e votação;**
7. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
8. AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – PROC.º DE OBRAS PARTICULARES N.º 661/08 EM NOME DE SÉRGIO PAULINO GOMES DE OLIVEIRA – **Apreciação, discussão e votação;**
9. CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS – **Apreciação, discussão e votação;**



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Boa noite a todos. Vamos iniciar a sessão da Assembleia Municipal.

Começava por dizer que é com muito gosto que estamos no salão paroquial da Freguesia da Barreira. Esta é a quarta vez que a Assembleia reúne fora do seu local de reunião habitual, e que, corresponde a uma promessa eleitoral que eu fiz, e depois reiterada na tomada de posse dos membros da Assembleia, que era uma vez por ano, estender as reuniões deste órgão a outras Freguesias do Concelho, para um contacto mais próximo com a população. E é particularmente grato, ver que a população da Freguesia da Barreira respondeu muito bem, porque eu não me lembro de ter visto, numa Assembleia Municipal, tanto público. Gostamos muito de os ver aqui.

Eu não deveria fazer isto, mas cumpre-me informar que os elementos do público não se podem manifestar seja de que modo for. Gostem ou não, têm que ouvir e calar, ainda que, tivesse havido oportunidade para elementos do público se inscreverem para falar, o que aliás aconteceu. Já estão inscritos e dentro de instantes irão intervir.

Cumprimento os senhores deputados e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, cumprimento a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, e cumprimento os elementos da Comunicação Social que também aqui estão.

Recebemos a justificação de ausência de vários deputados, sendo que, a maior parte deles com nomeação de substituição e passo a referir: deputado Pedro Faria, deputado João Cunha, deputado Cláudio de Jesus, deputado Francisco Francisco, deputados João Fonseca, deputado Filipe Vieira, Carlos Gomes Luso, Nuno Santo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.

Antes de dar início aos trabalhos, queria agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira por manter a tradição, por proporcionar aos deputados da Assembleia Municipal e ao executivo camarário uma visita à Freguesia. Vimos coisas que alguns de nós ainda não tinham visto. Foi muito interessante, e também pela recepção que nos foi feita no recinto da sede da Junta de Freguesia.

É realmente um momento de convívio que faz bem a todos e que nos predispõe para a reunião que se segue.

O senhor Presidente da Junta pediu para fazer uma intervenção sobre este assunto e vamos portanto iniciar com esta intervenção. Faça favor senhor Presidente.

09-06-26 AM



DEPUTADO JOSÉ MANUEL CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Freguesia da Barreira.

Cumprimento o senhor Presidente, a quem agradeço em especial ter o acolhido o meu pedido para a realização de uma Assembleia Municipal aqui na Barreira.

Espero que possa contribuir para ajudar a cumprir o seu desejo de envolver todas as pessoas no exercício da cidadania.

Senhora Secretária, Senhora Presidente, senhoras e senhores Vereadores, caros deputados, colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia de Freguesia da Barreira, barreirenses, jornalistas, senhoras e senhores.

É uma honra para mim e estou seguro que também é para o povo da Barreira, acolher os membros da Assembleia Municipal de Leiria e do executivo camarário neste espaço gentilmente cedido pelo Conselho Económico da Paróquia. Espero, que a visita que acabámos de fazer possa transmitir um conhecimento mais profundo da realidade geográfica socioeconómica e cultural da Barreira, aos deputados que tiveram a amabilidade de me acompanhar. Falta-nos no entanto, conhecer o que de mais importante a Barreira tem – o seu povo. Os seus grandes valores de generosidade, solidariedade, trabalho, observáveis tanto nas crianças como nos jovens e adultos, herança dos seus antepassados e tão necessários à construção da humanidade, particularmente nesta conjuntura de grave instabilidade económica e social.

A construção deste espaço é um bom exemplo do que acabo de dizer, assim como cerca de mil hectares de pinhal da Charneca da Galga, que foram divididos em glebas e atribuídos aos habitantes logo a seguir à implantação da República.

Para melhor compreender esta realidade, vou contar-vos uma pequena história, talvez lenda, que vos poderá ajudar avaliar e a caracterizar o povo da Barreira.

Quando os nossos antepassados se decidiram construir a igreja alia ao lado, os povos vizinhos não acreditando na capacidade empreendedora e de realização dos barreirenses, teceram algumas críticas depreciáveis (só vivem da agricultura, são uns pobres coitados diziam uns, não têm capacidade económica diziam outros, nunca serão capazes de construir uma igreja sentenciavam alguns...). O facto, é que a igreja foi construída e no dia da sua inauguração, realizaram um cortejo com maçãs e uvas, e outros frutos produzidos na Barreira. Para que não houvesse dúvidas sobre as suas capacidades, decidiram colocar por cima do portal da igreja, num espaço



preparado para o efeito um cesto carregado com frutos acompanhado de um letreiro onde se podia ler " Fizemos esta igreja com frutos e ainda sobraram estes". E como sobraram, e com a autorização do senhor Presidente, alguns elementos da nossa comunidade, desde o mais novo que está aí com os pais, a quem eu pedia que viessem aqui à frente, à que tem mais vida, a D. Emília, que completou há poucos meses cento e três anos, os membros da Assembleia de Freguesia, dirigentes das associações e colectividades também elas fruto da nossa dedicação, irão entregar-vos simbolicamente uns cestos, para testemunhar que, mesmo com poucos recursos partilhamos com generosidade o fruto do nosso trabalho.

Senhor Presidente pedia uma pequena pausa nos trabalhos, para serem entregues estas lembranças que acabei de referir. O que está a ser entregue é ecológico e biodegradável, mas foi feito com carinho e com a generosidade de muita gente.

Então se me permitem, espero que este gesto singelo mas provocador, vos lembre num futuro próximo a Barreira, as carências das suas associações, os anseios dos barreirenses, na esperança de estimular e despertar a oportunidade a cada um de vós em poder demonstrar e retribuir a vossa solidariedade e o vosso apoio a esta terra.

Temos muitos desafios para enfrentar num futuro próximo e para os quais devemos olhar com amiúde atenção, tais como a instabilidade e a incerteza gerada com a saída da médica, a recente proposta de construção do IC36 em via aberta, que, até à intervenção da senhora Presidente, nos causou alguma preocupação porque ia criar um fosso às portas da cidade e uma divisão da nossa Freguesia, o protelar da requalificação das duas principais vias de acesso, e, não menos importante a necessária revisão do PDM que tem provocado o despovoamento de aldeias rurais, o abandono da terra como meio de produção, o encerramento de escolas e o próprio esvaziamento cultural.

Para terminar, quero agradecer a todos os que colaboraram na preparação desta Assembleia, que envolveu muita gente da comunidade da Barreira e não só. Desde a oferta dos frutos, à preparação e entrega dos cestos, da edição da folha informativa que penso que entretanto também será distribuída, da confecção do repasto à limpeza dos espaços, num claro exemplo de que todos unidos podemos realizar pequenos acontecimentos materializando grandes empreendimentos.

Ao Martinho, ao Vasco, ao João Paulo, ao Samuel, à Arminda, à Alzira, ao Zé...



Senhor Presidente eu estou aqui com um problema que foi o erro de começar a nomear pessoas. Portanto, ou me manda calar ou então terei que nomear toda a gente da Freguesia que tem colaborado comigo.

Obrigado pela vossa presença e voltem sempre. Boa noite!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Presidente.

Eu agradeço todas estas amabilidades em nome da Assembleia Municipal e naturalmente também do executivo, e já que estamos em maré de ofertas, penso já todos receberam um exemplar de um livro sobre a reconstrução do Castelo de Leiria, que foi uma edição de documentos já existentes em painéis, da Fundação da Caixa Agrícola que gentilmente ofereceu a todos os membros da Assembleia.

Vamos então entrar nos trabalhos propriamente ditos da Assembleia, e vamos começar com o período de intervenções do público. Há dois elementos que previamente se inscreveram. Antes disso, vamos formalmente apreciar discutir e votar a minuta da acta da sessão anterior. Julgo que todos a receberam e que tiveram acesso através do portal do Município, na zona reservada aos membros da Assembleia Municipal.

Eu pergunto se há alguém que tenha alterações ou correcções a propor à redacção da acta da sessão ordinária de 28 de Abril de 2009?

Não havendo, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Quatro abstenções por ausências na respectiva sessão.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, quatro abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Abril de 2009.

Vamos agora ao período de intervenções do público, que habitualmente temos feito logo no início da sessão.

Temos um pedido para intervir, feito previamente, do senhor Carlos Rodrigues. Peço-lhe que seja tão breve quanto possível não deixando de expor as suas razões. Faça favor!

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

CARLOS RODRIGUES (MUNÍCIPE)

Muito boa noite a todos!

09-06-26 AM



Ora como eu não tenho o dom da palavra, tive que tirar os apontamentos para poder explanar sinteticamente o problema.

Quero primeiro cumprimentar o senhor Presidente da mesa, a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, os senhores deputados e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Leiria e cumprimento também o público em geral.

Este problema que subsiste, é um problema que já deve ter sido debatido em várias reuniões de Câmara e é sobejamente conhecido de muita gente que se encontra presente nesta Assembleia, e estou a falar do caso da rua Martim Gil, defronte a um restaurante que não cito o nome, que tem o n.º 157, e no qual foram feitas obras para colocação de saneamento básico, uma bomba de retorno, e que em frente a esse restaurante a estrada tinha um determinado nível e toponímica que era nivelada, e que a partir do momento em que foram feitas essas obras de saneamento básico, pura e simplesmente foi rampeada desde meia via até à propriedade do restaurante para facilitar o estacionamento que eles utilizam para nada. Acontece que existem oito moradias abaixo desse dito restaurante, já aconteceu situações de ambulâncias que não conseguiram fazer a inversão de marcha, carros de bombeiros não terem acesso às últimas moradias, porque o acesso é impedido por viaturas que estão estacionadas de qualquer maneira no pior local, em cima da curva e onde foram feitas cotas de nível, definição do eixo da via e de configuração interior, na Rua do Martim Gil.

Ora, se há um incêndio e houver necessidade de uma passagem de emergência para acesso às oito moradias, só se conseguirá sair de lá de helicóptero. O mesmo se passa na rua Prof. Portela e na rua da Cerveira. Foi colocada uma sinalização, a qual dizem que, e segundo um ofício que me foi enviado, quando foram fazer essa obras de saneamento e foram verificar em frente à minha casa, em vez de irem ao restaurante, não percebo o porquê, com uma carta registada com aviso de recepção, a dizer que era em frente ao restaurante. Foram inspeccionar em frente à minha casa que é a antepenúltima casa da rua do Martim Gil.

Já foi manifestado desagrado por vários moradores da rua relativamente à sinalização, não a posta mas sim imposta, e colocada no local incorrectamente sem auscultarem os moradores, continua-se a transgredir independentemente dos sinais lá terem sido colocados, não existe um único sinal de estacionamento proibido, e continua a haver engarrafamentos de trânsito, em que se houver ali uma emergência

09-06-26 AM



fica tudo ali emparedado porque não tem escoamento absolutamente nenhum, seja pelo lado da Cetial, paralela à N-109, ou seja pelo lado dos Marrazes, porque a partir dali do restaurante Tromba Rija se estiver congestionado o trânsito, é um caos. Temos do outro lado um Health Club, puseram lá riscos amarelos mas continua a subsistir o mesmo problema, porque se um carro de incêndio quiser passar para um dos lados, eu pergunto, como é que as pessoas saem dali? Porque não têm uma alternativa, a circulação ali continua a ser um caos. Eu já fui insultado, dizem que eu sou invejoso, porque eu dou a cara. As pessoas na Freguesia falam por trás, dizem que está mal, mas não são capazes de dar a cara ou tomar uma posição. Eu solicitei um abaixo-assinado às pessoas e elas não quiseram subscrever para não arranjar problemas com os vizinhos, e gerou-se ali um conluio naquela zona. Eu debato-me com este problema há quinze anos! Eu alertei a gerência do restaurante para o problema do estacionamento indevido e não ligaram nenhuma, disseram que os clientes é que eram os culpados. Temos ali pessoas doentes, o meu sogro sofre de depressão, e lá estacionam os carros encostados ao muro, riscam os carros todos e ainda levantam problemas às pessoas porque estacionaram lá e o carro foi riscado. Estou cansado! Em 2006 enviei cartas para o IGAT, para a Junta de Freguesia, para a Câmara Municipal, e responderam com cartas, que eu tenho aqui, com desculpas esfarrapadas. Eu preciso de um esclarecimento mínimo, porque sou só eu a lutar pelo bem de meia dúzia de cidadãos que não se querem chatear. E com isto termino, chamando a atenção que isto é um problema que se arrasta desde 2006.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu penso que todos percebemos o que está em causa, não sei se tem razão ou não tem, mas certamente quando a senhora Presidente fizer a primeira intervenção alguma coisa dirá sobre o assunto ou algum dos senhores vereadores.

De seguida tem a palavra o senhor Manuel Verde, da Barreira.

MANUEL VERDE (MUNICÍPE)

Senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Muito boa noite.



O meu nome é Manuel Verde, sou residente nesta Freguesia, propriamente no lugar de Sobral.

Senhor Presidente, finalmente tenho o prazer de o conhecer pessoalmente e desde já aproveito para felicitar V.Ex.^a, pela tão nobre atitude que teve em convocar esta Assembleia Municipal na Freguesia de Barreira.

Na qualidade de cidadão barreirense e nos deveres de cidadania que me assistem, não poderia deixar passar este acto, sem o aproveitar para expressar a minha opinião e a minha preocupação sobre alguns assuntos que me afectam, não só a mim mas a toda a freguesia.

Tive conhecimento de que as nossas estradas, a da Barreira e principalmente a do Sobral, iam ser objecto de intervenção até ao final do ano passado de 2008, com uma nova pavimentação. Esta intervenção foi garantida pela senhora Presidente da Câmara, conforme está expresso em acta desta Assembleia realizada em 29 de Abril de 2008.

Senhor Presidente é de lamentar o modo como esta terra tem sido votada ao esquecimento. Na verdade estamos tão perto e é tão difícil cá chegar e de cá sair.

Viver nesta Freguesia e em particular para quem tem de utilizar a estrada do Sobral, passa diariamente por uma tormenta. Isto para já não falar em situações de maior gravidade, como aqueles que necessitam de ser socorridos por uma ambulância. Certamente puderam constatar, desde que se entra na Freguesia, no início do quartel, até este local, o estado em que se encontram as nossas estradas. São pavimentos em calçada aos socalcos, abatimentos, cortes e irregularidades, lombas, buracos, etc.

Para quem cá passou há uma semana, certamente nota diferença. Hoje, boa parte dos buracos estão remendados.

Senhora Presidente!

Pergunto: afinal o que é que falhou?

Não nos venha dizer que foram problemas processuais, porque se os houve, então só me leva a concluir que os técnicos da autarquia não são competentes. Se o não são, então que se tomem as medidas adequadas. Será assim para com todos os processos? Se assim o não é, então será que tem havido alguma intenção em provocar esses atrasos? Será que não há dinheiro? Então protela-se a coisa.

Nós aqui na Barreira não temos culpa do despesismo desmesurado nos investimentos que se têm feito, principalmente na cidade, onde há dinheiro para tudo. Pagamos

09-06-26 AM



impostos como os outros, e cumprindo com os nossos deveres, só esperamos que nos dêem aquilo que é de direito. Com tudo isto, afinal quando é que temos estradas novas?

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade, para sensibilizar esta Assembleia para o problema do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, que está viciado e envenenado com tantas injustiças.

Penso que não seja da competência desta Assembleia alterar a lei, porém, estou certo de que poderá sim, criar mecanismos para atenuar a injustiça e a carga fiscal que a mesma provoca, em especial na comparação de avaliações em edifícios e em diferentes zonas geográficas.

O Município tem o dever e a obrigação de defender o interesse dos seus munícipes, devendo acompanhá-los e ajudá-los a reclamarem os seus direitos, para que lhes seja feita justiça fiscal. Mas se no entanto o Município pouco ou quase nada puder fazer, então que pressione o Poder Central e os nossos deputados que nos representam. Vejam só:

Como é possível um idoso ter que viver com pouco mais de duzentos euros de reforma, e, tendo a fatalidade de ficar viúvo, ter que pagar de cerca de metade desse valor de IMI, somente referente à sua pequena casa por ter sido avaliada. Se não pagar, vai para debaixo da ponte? Isto é aumentar a miséria!

E os edifícios destinados exclusivamente ao arrendamento, quando estão devolutos, sem qualquer rendimento, porquê pagarem IMI? De onde lhes vem o rendimento para o pagarem?

E para finalizar, e porque penso que este assunto poderia ser tratado de outro modo, queria chamar a atenção, em especial à senhora Presidente da Câmara, o seguinte:

Na minha óptica, penso que a senhora Presidente não tem agido bem quanto ao embargo de algumas obras. Eu explico!

Tenho por experiência, que a senhora Presidente deu despacho ao embargo de obras, sem que para isso fosse averiguado convenientemente a razão para tal e ouvir de imediato o interessado antes de tomar essa decisão, dando-lhe a oportunidade de se defender. Claro que essa oportunidade surge, mas tardiamente, já com as obras paradas, e o dono da obra é ouvido posteriormente à aplicação da respectiva coima. Quantos prejuízos daí resultam para o próprio e não só? Até para a autarquia. Vejamos, quando se apresenta um projecto de alterações e se já houver algumas



dessas alterações feitas em obra, mesmo que de pouca importância, a obra é embargada.

Por amor de Deus senhora Presidente! Quando esta pessoa avança com o processo de alterações, é certamente porque quer tudo legal. Então e as obras que são feitas em desacordo com o projecto aprovado, e mais tarde, só para o pedido de licença de utilização, porque dela necessitam, é que dá entrada o projecto de alterações para ser submetido à aprovação. As obras já estão concluídas. Foi a fiscalização que não funcionou ou não passou por lá? Estou a referir-me a obras licenciadas. Os critérios não são iguais para todos, não estou a falar de obras clandestinas, repito, obras licenciadas. Há por aí muita obra com tanta impunidade, coitado de quem é pequeno. Para finalizar, estamos a aproximar-nos de mais uma campanha eleitoral, certamente recheada de muitas promessas que não passarão disso mesmo. Muito mais haveria ainda a dizer, ficando porém desta vez, por estes assuntos.

Termino pois, citando o poeta:

“ Vós que lá do vosso império prometeis um Mundo novo calai-vos que pó do povo querer um Mundo novo a sério”.

Fico o meu alerta, o povo em democracia também tem armas que em devido tempo pode usar.

Senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu compreendo isto e aceito neste momento, mas depois mais não. Agradeço e posso dizer que é no cumprimento dessa democracia que teve a oportunidade de falar à Assembleia e ao executivo camarário, e a senhora Presidente mais tarde responderá também se assim o entender.

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Entramos no período de “antes da ordem do dia”, e temos um pedido para intervir do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra. Faça favor.



DEPUTADO LINO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Boa noite!

Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, restante público presente, incluindo os barreirenses.

Como estamos na recta final do mandato, gostava de me dirigir hoje aqui a esta Assembleia, a fim de partilhar a minha opinião, e o balanço da minha passagem por esta Assembleia na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia e membros da mesma.

Quero em primeiro lugar dizer a toda a Assembleia, que no decorrer destes quatro anos, consegui perceber e compreender melhor o funcionamento dos órgãos autárquicos.

Este, é um dos lugares onde os eleitos pelo povo, tentam fazer o seu melhor, no que diz respeito à defesa das suas ideias. No entanto, não posso deixar de salientar algum excesso de zelo, no que se refere ao defender da honra, algumas vezes aqui mencionado, sendo um direito que nos assiste a todos nós, claramente, julgo que em algumas situações, o referido defesa da honra, é pretexto para defender ou criticar as pessoas que por suas ideias ou convicções, defendem mais uma força política ou outra, algumas vezes ficando para segundo plano os interesses do nosso Concelho, das nossas Freguesias e até me atrevo a dizer do nosso País, em prol de tal valorização ou desvalorização das forças políticas, através das pessoas que as representam.

Senhor Presidente, senhores deputados!

Quero também, deixar aqui a minha preocupação, sobre um tema que a mim me parece estratégico para o nosso Concelho – a perspectiva de desenvolvimento do nosso Concelho. Quanto a este tema, não acredito que qualquer um de nós aqui presentes, não se preocupe com o desenvolvimento do nosso concelho.

Há trinta anos atrás, estudava eu em Leiria, e ouvia com muito orgulho dizer, que Leiria era uma das maiores cidades do nosso País. Na altura, mais jovens, carregava com orgulho essa nossa marca de estarmos a competir com cidades como Coimbra. Hoje, esse meu orgulho acrescido, deixou de existir, verificando eu, quando me desloco pelo nosso País, que o meu Concelho já não é referência desses anos atrás



nem tão pouco uma referência de desenvolvimento (por exemplo de Aveiro, Viseu, Braga) para só falar das capitais de distrito.

Senhores deputados, esta Assembleia como todas as outras para trás, que foram sempre lideradas por maiorias das mesmas forças políticas, são coniventes com a questão de desenvolvimento do nosso concelho. Mais, acho que esta Assembleia deve pedir explicações ao executivo que gere a Câmara, pelo facto de um instrumento principal para o desenvolvimento do nosso Concelho, o PDM, e que tem servido de promessas eleitorais, 2001/2005, veremos se 2009 também, não se vislumbrar uma luz ao fundo do túnel no seu término, e quando a vislumbrarmos sabermos se não virá como o que temos hoje, um plano que é assumido por todos, que não serve os interesses do nosso concelho.

Claro está, que nesta situação, o mais fácil é claramente desculparem-se com os organismos públicos, com os entraves que a Administração Pública coloca, ou não será também alguma inércia, aqui sim de peso político, ou no não acompanhamento atento da antevisão das normas e leis que vão saindo, umas melhores outras piores claro, mas que é a evolução da nossa sociedade. E é essa capacidade de nos tornarmos preparados para as mudanças, que talvez não exista.

Não me apercebo, que seja deveras importante para a maioria que gere a Câmara, trabalhar em ferramentas que consolidem e perspectivem uma estratégia integrada para o desenvolvimento do nosso Concelho. Sabendo nós que, não existindo essas ferramentas, ou as que existam não estejam avaliadas e integradas numa visão de futuro, então pomos em causa o nosso desenvolvimento socioeconómico e continuamo-nos a remeter ao fracasso no desenvolvimento. Uma das situações que pode servir de imagem ao planeamento e ao desenvolvimento do nosso concelho, tem a ver com a definição, obrigação, ou tentativa de criação de uma fórmula milagrosa para se conseguir algumas infra-estruturas físicas, assim como, contrapartidas financeiras, justificando a protecção ao comércio tradicional de Leiria, que é a grande unidade de relevância comercial. Mas, então o que é aquilo que está a crescer a olhos vistos, em frente à única grande área comercial, na zona do Alto Vieiro? Que só por acaso, é a loja do País com aquela insígnia que tem os preços mais elevados e que vai ter cento e oitenta e seis lojas comerciais. Onde está aqui a defesa do consumidor e do comércio tradicional?

A nível do planeamento e desenvolvimento, muito se pode falar, mas enquanto se não definir a visão estratégica para o Concelho, continuamos a ter o nosso

09-06-26 AM



desenvolvimento sustentado em projectos desgarrados e a uma dimensão de pequenez, onde nos enfraquece para a reivindicação e exigência, de mais-valias para o nosso Concelho. E se não, vejamos com factos já passados.

Quando chegou a A1 a Leiria, só passados dez anos se verificaram as acessibilidades executadas de ligação a Leiria. Quando a A8 chegou há oito anos, deve ser por esta altura que se começa a vislumbrar as acessibilidades a Leiria. O IC9 está para se ter uma saída na parte sul do Concelho, mais propriamente nas Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça, e eu pergunto quem está a acompanhar o projecto por parte do Município, para quando da sua chegada, as acessibilidades e o aumento de tráfego daí derivado, estejam devidamente acautelados.

Para terminar, e antes de objectivar algumas perguntas à senhora Presidente, quero agradecer a todos os membros desta Assembleia, quer pelo enriquecimento na minha formação e privilégio que tive em fazer parte da mesma. Agradecer de modo particular à comunidade de Santa Catarina da Serra pela confiança demonstrada para comigo na sua representação.

Senhor Presidente, deixo estas perguntas:

Qual a visão estratégica que tem para o futuro do Concelho?

Nessa visão estratégica, como pensa lá chegar?

Se existe um plano de acção para colocar em prática esse plano estratégico;

Referente ao IC9, pergunto, se o Município designou alguém para acompanhar o projecto, nomeadamente sobre a zona onde ele irá passar, na parte sul do Concelho.

Termino também citando uma frase de Gaudet *“O que sofrer no futuro resulta das acções do passado, e o que se quis explica as acções do presente, ou seja, não é apenas o passado que explica o futuro, mas também é a imagem do futuro que se imprime no presente.”*

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Chamo a atenção do público que se se voltarem a manifestar, terei que mandar evacuar a sala. São as regras e temos todos que as cumprir.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima.



DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS PASSADOURO (Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima)

António Carlos Passadouro, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Diz-se que um Presidente de Junta, pelo seu cariz e pela sua função, por vezes se devem inibir de explanar aqui na Assembleia, ideias sobre políticas governamentais. No entanto, e quando estas lhe estão para a vida como o Caldas está para o Bocage, não tem outra forma senão reagir nos locais que se lhe oferecem.

Venho-vos falar, senhor Presidente e senhores deputados, sobre a tão propalada lei do licenciamento dos poços, furos, charcos, barragens e fossas, acerca da qual alguém teve a ideia peregrina de incluir no processo as Juntas de Freguesia, creio numa intenção economicista, revelando no entanto não só o seu inteiro desconhecimento da realidade visada, mas sobretudo da realidade do que são as Juntas de Freguesia nos meios rurais. Agora, diz-se que por despacho de 04/2009 do gabinete do senhor Ministro Nunes Correia, tal lei foi revogada em alguns dos seus princípios e adiada a sua entrada em vigor até Maio de 2010, sabe-se lá porquê. Mas, senhor Presidente e senhores deputados, a intenção prevalece. Quanto às Juntas, continuam os técnicos e demais pensantes do Ministério do Ambiente a chamar à colação, como sendo estas meras divisões do Poder Central, não lhes sendo no entanto fornecida, ao menos, uma informação, por mínima que seja, capaz acerca de tal processo, esquecendo-se que tal processo, do nosso concelho e de outros concelhos, há uma dezena de anos atrás, o Presidente de Junta tinha que andar com um selo branco no porta-bagagem da sua viatura, de terra em terra, para cumprir as diversas atribuições que tinha.

Se felizmente hoje não necessitamos de o fazer, temos no entanto um vasto leque de problemas sobre a nossa alçada, tantas vezes originados pelo mau funcionamento do sistema do poder público nas diversas vertentes.

Há algum tempo, fomos até confrontados com anúncios pagos na comunicação social, de que o cidadão para resolver o desiderato emanado de tal lei da água, o decreto-lei 226-A/2007, de 31 de Maio, e a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, se deveriam dirigir à sede da sua Junta de Freguesia, onde tudo lhes seria tratado.



Apanhados de surpresa, como o outro, fomos sempre os últimos a saber. Enfim, creio que é o Governo rosa choque do Eng.º Sócrates no seu melhor. É que criar ideias de reforma a qualquer custo, iria deixar a pior parte de tais tarefas para o fim, privilegiando-se nesta, aqueles que pelo benefício do seu contacto diário com a natureza, são quem deve pagar por isso, esquecendo-se que temos de licenciar as fossas das habitações domésticas, como diz a lei, é porque em tempos o poder central se demitiu da implementação de sistemas de saneamento básico em todas as Freguesias, nomeadamente na nossa, transferindo tal responsabilidade para as autarquias, sem no entanto assegurar cabalmente o financiamento e o limite temporal da sua execução por parte destas. Lembrou-se o mesmo poder de acercar com trabalho e responsabilidades ao caso as Juntas de Freguesia, mas no entanto esqueceu-se de as isentar do pagamento da TRH ou de as privilegiar com melhores taxas no consumo de água. Isto para não falar no custo que tem o pagamento do IVA nas aquisições de bens e serviços que as Juntas têm que efectuar ao longo da sua actividade de serviço público, primeira linha. Somos por isso, não só o parente pobre da Administração Pública, mas também a quem se recorre quando não há meios, parece que o nosso voluntarismo é imperativo nacional.

Fomos com muito gosto parceiros das Finanças, no esquema de entrega das declarações de IRS via Internet, da Segurança Social num processo de complemento solidário para idosos, somos, a quem os cidadãos primeiro batem à porta quando têm problemas de âmbito social, autárquico ou outros.

Mas meus senhores, por favor não abusem da nossa boa vontade!

Senhor Presidente e senhores deputados vemo-nos hoje na Junta, obrigados a participar neste processo de licenciamento, ao que julgo por falta de meios dos serviços competentes e fazemo-lo tão-somente a bem do interesse dos nossos munícipes. Mas, não quero deixar de manifestar o meu desagrado pela forma como fomos empurrados para tal, sabendo que não possuímos recursos válidos tão-somente pelo nosso luteísmo.

Por hoje e como Presidente de Junta em final de mandato, não venho solicitar mais meios para o futuro, para isso, ocasiões não faltarão, somente a quem está acima de nós, Presidentes de Junta, que haja um pouco mais de respeito pela nossa função. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público.

Permitam-me que agradeça, na pessoa do senhor Presidente de Junta da Freguesia da Barreira, o bonito acolhimento que aqui nos está a ser dado, e a presença do público que é de saudar, porque na verdade, não tenho dúvida que o fazemos todos com esse espírito, é em prol de todos nós que sois vós, que nós aqui estamos.

É evidente que o senhor Presidente com os mimos que nos deu, aquele bonito livro, esta fruta magnífica, quase tirava a vontade de que nós estivéssemos aqui a discutir política, felizmente, outros antes de mim, já o começaram a fazer. E portanto, eu, seguindo esse ponto, vou colocar umas questões à senhora Presidente, de algumas preocupações que vivemos e que gostaria de pedir a sua ajuda.

A primeira, como sabe e é habitual, recorrente em mim, falar das questões de trânsito.

Senhora Presidente, aquela questão do estacionamento na rua Arnaldo Cardoso e Cunha é algo que não pode continuar desta forma. Neste momento já assisti a vários acidentes ali, estamos a falar de algo que é perfeitamente inaceitável. Eu não sei quais são os meios de que a Câmara Municipal pode lançar mão, porque é evidente que estamos a falar de estacionamento indevido, como é lógico, não estamos a falar de algum erro de funcionamento do ordenamento do trânsito, estamos a falar de estacionamento indevido e é fundamental que haja ali uma prossecução de que aquele estacionamento se não possa fazer desta forma.

Já tive oportunidade de dar nota ao senhor vereador Fernando Carvalho mas não posso deixar de o expressar aqui publicamente, porque é uma preocupação muito grande. Foi inaugurado ontem, creio eu, o novo Pingo Doce dos Marinheiros. Há lá um erro, que o senhor vereador já me disse que é de facto um erro, de sinalização, na minha opinião. Já o transmiti, e quero deixar aqui nota. Não aceito, não me parece bem, que haja um sentido ascendente numa das ruas que dê acesso



exclusivo. Já sei que o senhor vereador vai dizer que não é de acesso exclusivo, mas uma vez que eu sou obrigado a passar por lá é de acesso à área comercial, o que obriga ali a uma coisa complicada. Há questões que são importantes e que em termos de ordenamento global do trânsito, é imperioso que se pense sempre no bem comum e não na pequena resolução de pequenos problemas.

É obvio que não posso deixar, porque sou freguês da Freguesia dos Marrazes, e já foi aqui referida, de dar nota que a questão que o Carlos Rodrigues aqui referiu é uma questão importante. Eu não posso deixar também de expressar ao Carlos, enquanto utilizador daquele restaurante e sabedor da dificuldade que ali existe permanentemente, que aqui de facto há a necessidade, na minha opinião, de conseguir conciliar dois interesses que são difíceis de conciliar, e que obviamente temos todos que colaborar no intuito de conseguir encontrar essa solução. Eu entendo perfeitamente que quem ali viva tenha uma dificuldade tremenda, o estacionamento é caótico, há dias em particular que é extremamente difícil, mas a verdade é que também é um motor do desenvolvimento daquela terra que não podemos deixar de contemplar e acho que, seguramente, entre todos é possível encontrar,

Depois destas notas sobre trânsito, há duas questões que eu não posso deixar também de colocar aqui.

O primeiro saudar o evento a que assistimos, pelo menos eu assisti, o campeonato da Europa de atletismo, a semana passa no municipal de Leiria, e saudando o evento, deixar duas questões, uma dúvida objectiva porque li qualquer coisa no jornal, mas não conseguir entender exactamente, e perguntar à senhora Presidente qual foi o custo objectivo para a edilidade esta organização.

Por outro lado, não posso deixar de referir, o desalento que vi pelo baixo número de espectadores que participaram neste evento. É óbvio, Sr.^a Presidente, que isto traz uma questão. Eu tive, como toda a gente que esteve no Estádio, a sorte de estar no lado poente, ou seja, estávamos à sombra, mas há uma coisa que fica claramente evidente, o estádio municipal de Leiria, para uma organização deste tipo, leva a que a bancada nascente, presumo, mas é presunção apenas por contraposição à bancada das entidades oficiais, não tem objectivamente condições para um espectáculo destes que demora cinco horas, quem lá tivesse que ficar sentado, se ficasse, estava claramente numa fritadeira, porque a parte de baixo daquela bancada, estaria todas as horas do evento, directamente ao sol, o que é realmente algo complicado. É

09-06-26 AM



óbvio, e não vamos colocar aqui essa questão, porque havia muitos mais lugares no estádio, não foi isso que levou a que o estádio tivesse menos gente. E aí penso, senhora Presidente, que terá havido claramente algum erro, alguma falha, não na divulgação, porque penso que a publicitação foi bem-feita, agora a mobilização dos espectadores para estarem no evento é que me parece que terá falhado e aí claramente tem que ser revista essa situação. Seguramente que estes senhores que aqui estão do público, com a nossa experiência, estão aqui porque foram mobilizados para estarem aqui, seguramente souberam que havia este evento, a Assembleia Municipal, e portanto eu fico preocupado porque a qualidade do espectáculo desportivo a que assistimos, levaria a que houvesse uma maior participação.

Aconteceu-me, no atletismo, uma coisa que me leva a um problema mais global aqui da nossa Câmara. E eu vou falar do protocolo sabendo já de antemão que apenas existe um protocolo, que é o definido pelo Estado português. No entanto, a Câmara Municipal de Leiria, tal como em minha casa, quando convido alguém para lá ir, temos que ter claro o que é que vamos fazer com as pessoas que convidamos. Eu fui convidado para ir ao Estádio, no sábado tive a oportunidade de constatar que no sítio de onde eu estava a assistir à competição, haviam umas pessoas que tinham umas braceletes no pulso. Eu percebi que aquilo não era por serem judeus, perguntei porque é que era, disseram-me que era porque haviam uns convites para uma determinada zona onde havia um buffet ou qualquer coisa parecido. Depois vi um conjunto de pessoas a perguntarem qual era a razão e ouvi as justificações mais díspares para a utilização da pulseira, tive oportunidade de colocar esta pergunta a outras pessoas e enfim, parece-me que terá havido claramente ali, na minha opinião, um erro, uma vez que a organização era de Leiria, ou apenas lá iam os convidados da Federação Nacional de Atletismo Amador, ou então ia toda a gente que estava naquela zona, porque depois, no fundo, acabou por ser isso que aconteceu no Domingo. E portanto, isto vai encadear numa outra situação, que eu refiro “en passant” a situação que ocorreu, a última vez, quando foi o Dia da Cidade, em que habitualmente eu como se calhar muitos de vós, recebo um convite para participar num evento qualquer, e eu chego e normalmente fico um bocadinho com um ar de embatocado (e agora o que é que eu faço, onde é que eu vou, onde é que eu me sento, qual é o meu papel aqui...), isto acontece-me de uma forma recorrente, ou seja, por exemplo, quando foi o dia da cidade houve uma alocução no Teatro José



Lúcio da Silva, e quando cheguei, enfim, tenho um convite, onde é que eu me sento, e acabo por me sentar assim um bocadinho naquela de, sento-me em qualquer lado. Mas há uma coisa senhora Presidente, que não posso deixar de lhe dizer. Já ouvi várias vezes, e há um grupo de pessoas, seguramente a senhora vai-me explicar porquê, que habitualmente nestes eventos aparecem sempre sentadas, quase colocadas ali em primeira linha. Eu, sabendo que não existe o protocolo municipal, ou pelo menos que nunca foi definido, apenas gostava de saber senhora Presidente, se o facto de nós recebermos o dito convite, é uma questão de exigência ou se realmente é um convite para que lá vamos. Porque se for realmente para que lá vamos, eu gostava de saber qual é o papel que se espera de mim, como eu faço às pessoas que eu convido para minha casa. Chegar a um processo destes e não saber exactamente onde é que devo estar, deixa-me desagradado e mais, sem vontade de voltar a ir, e eu tenho a certeza que é vontade da senhora Presidente que nós possamos ir todos a estes eventos. Se alguma dúvida houvesse sobre isto, a senhora Presidente teve oportunidade de assistir a um aspecto que ocorreu no Estádio, e que eu não gostei. Eu tenho o maior apreço pelo senhor Professor Manuel Antunes, ilustre Presidente desta Assembleia, e, o senhor Professor quando chegou acabou por se sentar, mas depois chegaram umas pessoas e não era o lugar dele, porque os lugares estavam marcados, contrariamente àquilo que aconteceu, uma cena pouco digna, para mim, não gostei de ver o meu Presidente envolvido naquela situação e isto na minha opinião decorre de as coisas estarem em zona cinzenta quando deviam estar claramente definidas como é que deviam ocorrer. Sobre isto tenho dito!

Uma última nota que não posso deixar de referir e com isto termino senhor Presidente.

Há dois anos sensivelmente, veio a esta Assembleia a questão das permutas dos novos courts de ténis, para a edificação, em que havia para agora, para Outubro, o finalizar de um prazo para que houvesse um pagamento de uma importância aos permutantes, no caso do plano de pormenor para aquela zona não estar terminado.

E eu aqui, não posso deixar de referir ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, o senhor Lino Pereira, uma coisa que eu acho que é dramática. Eu procuro, como sabem, fazer o trabalho de casa antes de vir para aqui, e obviamente antes de falar neste assunto tenho que perguntar qual era o ponto de situação, fui informado de que ainda não está terminado este plano de pormenor, e não está porque desde a última reunião que ocorreu há mais de um ano, a acta dessa reunião



ainda não foi enviada à Comissão de Coordenação da Região Centro, e portanto nós estamos a falar de uma coisa que na verdade todos nós nos temos que preocupar profundamente. É que, não é aceitável que a administração central não cumpra com a função que tem, não dê andamento aos processos, porque há uma coisa senhor Lino que eu lhe quero dizer, não me passa pela cabeça que seja função de um Presidente de Câmara ou de um vereador, andar a mendigar a um senhor, que é seguramente e extremamente importante, que é seguramente a pessoa mais importante do mundo e que do mundo dele então é uma coisa só vista, a mendigar que venha um papelinho se faz favor porque a gente tem um problema para resolver. Eu exijo, enquanto cidadão português, que esses senhores cumpram com o seu papel, que é para eu chegar aqui e exigir a estes senhores que cumpram com os deles, porque se não senhor Lino, aquilo que nós estamos aqui a fazer, é a dizer um conjunto de vacuidades feitos “totós” (peço desculpa pela expressão), porque depois a resposta que temos é a resposta em cadeia inversa, mas àqueles senhores, ninguém toca. E isso é que me preocupa. E agora que estamos em processo eleitoral, como aqui foi dito, é realmente a altura de que tenhamos consciência de que, não é apenas preciso mudar os protagonistas de uma história envolvente, é necessário com uma mudança, seja no sentido que for, ela seja no sentido de que quem executa seja responsabilizado pelo que não faz. É que eu não quero que as pessoas sejam responsabilizadas pelo que fazem, gostava que as pessoas fossem responsabilizadas pelo que não fazem, que é preocupante. Eu gostava muito de chegar aqui e dizer à senhora Presidente, como lhe disse “ olhe, três anos não é tempo suficiente” e não acreditava que fosse, e a senhora Presidente na altura disse-me, que o que me garantia com 99% de segurança, está na acta, que este processo estaria resolvido, e eu chegava aqui e brilhava.

Senhora Presidente, 99%? Estava a brincar comigo? Não, afinal o 1% ganhou e é isso que não pode acontecer, mas não pode acontecer não é para mim, para eu ganhar à senhora Presidente e ter aqui uma pequena vitória política, não, é para todos nós. É isso que me preocupa, e neste caso peço aos elementos do Partido Socialista, aos elementos do PSD, que têm tido a responsabilidade maior na governação deste País que os quadros da administração deste País, têm que ser responsabilizados e têm que dar resposta às populações.

É o desejo que vos deixo expresso a todos, agora que vamos entrar em campanha eleitoral. Muito obrigado.

09-06-26 AM



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Ao citar a campanha eleitoral o senhor deputado deu-me uma deixa que eu não queria utilizar, mas vou ter que utilizar.

Nós estamos na terceira intervenção de uma lista de uma dúzia de inscritos e não saímos daqui hoje se continuarmos em campanha eleitoral. Eu estou a ouvi-los a todos com muito interesse, mas espero alguma moderação no benefício de nós todos, porque este período da ordem do dia é para trazer à colação e à atenção dos membros da Assembleia Municipal assuntos que não estão na ordem do dia, mas que correspondam a assuntos de interesse para o Município e para os seus cidadãos, o que obviamente no entender dos senhores deputados tudo corresponde a isso.

Portanto, vamos passar agora a mais uma intervenção e tem a palavra o deputado José Guedes, da Junta de Freguesia da Boa Vista.

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (JUNTA DE FREGUESIA DA BOA VISTA)

José Guedes, Junta de Freguesia da Boa Vista.

Senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, deputados municipais e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, demais público, comunicação social, os meus sinceros cumprimentos.

Eu começaria por fazer uma rectificação, porque não anunciou a substituição do Presidente de Junta da Freguesia da Boa Vista, mas foi enviada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu peço desculpa mas realmente não me chegou ao conhecimento, vou no entanto verificar o que se passou.

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (JUNTA DE FREGUESIA DA BOA VISTA)

Eu ia centrar-me em três pontos, mas depois de ouvir o senhor Presidente de Junta das Bidoeira, eu vou acrescentar mais uns pontos.

O primeiro ponto é uma pergunta que é dirigida à senhora Presidente da Câmara, e que diz respeito à Carta Desportiva.

Eu pergunto se a Carta Desportiva está concluída, e se está concluída quais os equipamentos desportivos previstos para a Boa Vista, e se não está concluída, quais razões porque não está concluída, dado que já há quatro anos ou mais a mesma está em estudo.

09-06-26 AM



O segundo ponto diz respeito à Feira do Livro, em Leiria, que decorreu desde o dia 21 de Maio até ao dia 1 de Junho e este ano a organização conseguiu ser pior que nos anos anteriores. A opinião não é só minha e passo a citar um artigo que saiu no dia 28 de Maio no Jornal de Leiria, e que diz o seguinte:

“ A 11ª Feira do Livro de Leiria abriu portas sem autores convidados sonantes, sem estreias e sem grandes novidades, relativamente a edições de outros anos...”

Embora localizada numa zona nobre da cidade, Praça Rodrigues Lobo, a morfologia do local leva a que muitas pessoas não notem sequer que ali está a decorrer a Feira do Livro. Os poucos livreiros que continuam a apostar no certame queixam-se da pouco afluência, da crise, e da falta de apoios no geral e ainda criticam a qualidade da divulgação, da responsabilidade da autarquia. A Feira do livro tem por objectivo principal a promoção da leitura e a criação de hábitos de leitura. O horário de abertura da Feira do Livro é das dezassete horas às vinte e três horas, horário em que as escolas estão encerradas, a promoção da leitura terá que ser realizada junto dos mais novos, mas à hora que decorre as escolas estão encerradas. A Feira do Livro só é possível com esforço e dedicação dos livreiros participantes na Feira do Livro.”

Por isso, se a Feira do Livro ainda hoje se realiza, é à custa do esforço destes livreiros. Por isso, proponho que seja aprovado um **voto de louvor aos livreiros participantes na Feira do Livro, pelo seu esforço e dedicação.**

O terceiro ponto refere-se a uma **Recomendação.**

Por vezes os cidadãos apresentam queixas à Junta de Freguesia, sobre operações urbanísticas, por diversos motivos, nomeadamente muros sem licença ou violações do PDM. A Junta de Freguesia reenvia a queixa para o departamento de fiscalização da Câmara Municipal. A partir deste momento, quer o cidadão quer a Junta de Freguesia, deixa de ter qualquer informação sobre o que foi feito e não pode informar os cidadãos respectivos sobre o andamento do processo.

Por estas razões, lança-se suspeições sobre a Junta de Freguesia, sobre a Fiscalização e sobre a Câmara Municipal. Por isso, apresento a proposta de que, se recomende à Câmara Municipal de Leiria que o departamento de fiscalização seja obrigado a informar as Juntas de Freguesia, nos casos de processos de contra-ordenação da sua área, levantados pela Fiscalização municipal.

O quarto ponto, e que surgiu depois de ouvir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, e diz respeito essencialmente às fossas sépticas.

09-06-26 AM



Os governos do PS e do PSD, constataram sempre a incapacidade das Câmaras Municipais de construir o saneamento no seu território. Se hoje temos que licenciar as fossas no nosso Concelho, é porque a Câmara Municipal de Leiria foi incapaz de concluir o saneamento. Por isso eu acho que, o recado, deve ser endereçado a outra morada que não aos governos ou ao Partido Socialista. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Boa noite a todos!

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Uma saudação especial para os meus vizinhos da Barreira, que hoje nos receberam com a sua usual cortesia e que nos mimaram com uma oferta extremamente simbólica e que sem dúvida sensibilizou a todos.

Hoje, não falarei da inacreditável facilidade e impunidade, com que este executivo utiliza o nosso espaço público, alugando ou cedendo a empresas, como se tratasse de um espaço privado, insensível às alterações extremamente negativas, que essa cedência provoca nos nossos monumentos, nas nossas obras de arte, na nossa cidade. O que conta é o vil metal, o resto é conversa. O espaço é nosso, dos munícipes, não é do executivo.

Já repararam como os parquímetros vão invadindo a cidade toda, como os tentáculos de um polvo, a preços superiores aos praticados em cidades semelhantes à nossa, sem que a Câmara ao menos arranje uma contrapartida para quem se desloca ou viva na cidade, para poder deixar o seu veículo sem tem que estar a pagar por um espaço que é, ou antes, deveria ser de todos. Nem perguntarei quanto nos custou a decoração do Topo Norte do Estádio para as competições que se realizaram no fim-de-semana, ou quando começa a funcionar a Comissão de Acompanhamento da ETES, do Centro Histórico, ou quando volta a reunir a Comissão sobre a Leirisport. Nem falarei do boato que ouvi, e espero que seja só boato, de que os prédios da Rua Direita iriam ser pintados mesmo antes de ser recuperado o Centro Histórico.

Já que é nesta Freguesia que hoje estamos reunidos, vou referir-me a problemas que a afectam para poder assim, modestamente é claro, dar o nosso contributo para tentar ajudar a encontrar uma solução para alguns deles.

09-06-26 AM



A população desta Freguesia, que tem um espírito de solidariedade e um dinamismo que tenho tido a oportunidade de conhecer, acompanhando as suas actividades culturais e admirando o envolvimento da população em benefício do bem comum, de que é exemplo a ADESBA, Associação de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio e ATL, com grupo coral, e que emprega dezasseis pessoas, o rancho, a associação de atletismo, etc., bem merece o nosso apoio.

As vias rodoviárias da Freguesia, apesar das chamadas de atenção feitas pela Junta de Freguesia, e de insistentes pedidos nesse sentido, continuam a não ter qualquer melhoramento e continuam a deteriorar-se e a Junta não tem recebido qualquer apoio válido do executivo camarário. Várias vezes o Presidente da Junta tem referido essa situação nesta Assembleia, ao longo destes quatro anos.

Falemos da IC36 que como sabemos, é a via de ligação entre a A8 e a A1. O traçado inicial junto ao quartel previa a construção de um túnel que diminuiria substancialmente o impacto ambiental naquela zona residencial. Só que, de repente aparece, sem se saber bem porquê, e sem se ter dado cavaco fosse a quem fosse, um novo estudo denominado de provisório, em que desaparece o túnel e aparecem as duas vias, ao ar livre, formando junto ao restaurante que existe perto do quartel um semi-círculo, contornando o mesmo, uma via pela direita e outra pelo lado esquerdo, e tudo isto com a via a passar junto a casas ali existentes. Aumenta-se assim não só e brutalmente o impacto ambiental da via naquela zona, como se torna praticamente impossível ali viver ou melhor, sobreviver. Temos obrigação de evitar que isso possa acontecer.

Outro problema que neste momento preocupa a população desta Freguesia é a do posto médico. Ora o direito à saúde é um dos direitos essenciais consagrados na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 64º. A mesma Constituição define como instrumento para a sua concretização extenso Serviço Nacional de Saúde, serviço nacional público acessível a todos. Apesar disso, que o anterior que o actual Governo, tem levado a cabo a privatização e o encerramento de serviços, urgências, maternidades, SAP, etc., afectando as condições de assistência das populações, o que provoca a sobrecarga no funcionamento dos centros de saúde sem condições para responder a essas solicitações.

A Freguesia da Barreira, tem cerca de três mil e trezentos habitantes, sendo apenas setecentos jovens com menos de dezoito anos, o que indica que se trata de uma população com elevado índice de envelhecimento e consequentemente mais



necessidade de serviços de saúde. Possui uma extensão de saúde, do Centro de Saúde de Leiria Dr. Gorjão Henriques, com instalações optimizadas, e que desde há mais de vinte anos até há pouco tempo tinha médico de família a tempo inteiro, situação que deixou de ocorrer com a transferência da médica que lá exercia funções, para outro cargo, sem que tenha sido preenchida a vaga criada, com prejuízo para a população que passou a deixar de contar com o médico de família. Por termos conhecimento que a impossibilidade de assegurar o bom funcionamento dos centros de saúde, construídos muitas vezes com verbas da própria Freguesia, por falta de médicos, não é exclusiva da Freguesia da Barreira mas infelizmente comum a muitas outras Freguesias do Concelho, vimos por este meio apresentar à Assembleia Municipal a seguinte proposta de Moção, a ser dirigida às autoridades competentes, Agrupamento Pinhal 2, ARS do Centro, Direcção Regional de Saúde de Coimbra e Direcção Geral de Saúde:

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 26 de Junho de 2009, na Freguesia da Barreira, vem por este meio:

- Manifestar a preocupação para com as situações de ausência de médicos de família, que assegurem o bom funcionamento das Extensões e Centros de Saúde do Concelho, com prejuízo para os utentes, realçando neste caso os mais idosos.*
- Solicitar que sejam desenvolvidas todas as diligências possíveis para que sejam repostas as faltas de médicos de família, por forma a que cada utente possua um médico de família de referência, situação que pode ser relevante para o acompanhamento de todos os cidadãos em situações de crise/risco, como por exemplo no caso da existência de uma pandemia provocada pelo H1N1.*
- Assumir a defesa do direito à saúde universal e gratuito para todos, bem como a defesa do serviço nacional de saúde, condição sine qua non da realização do exercício desse direito em termos de equidade.*

Manifestar o seu apreço quer para os autarcas das Juntas de Freguesia que têm procurado dotar as suas freguesias de centro de saúde e de redes de cuidados de saúde primários, quer para com os médios, enfermeiros e profissionais de saúde do Concelho que com o seu empenho e profissionalismo têm contribuído para a valorização e reconhecimento do bem servir público em termos de saúde."



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, João Martins Pereira.

DEPUTADO JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite!

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Cumprimento a Mesa, o senhor Presidente, a senhora Presidente, os senhores vereadores, colegas deputados.

Queria agradecer, por termos o privilégio de termos sido recebidos da maneira que fomos aqui na Freguesia da Barreira, conheço algumas pessoas na Barreira por quem tenho muito apreço, e por isso mais uma vez agradeço a excelente recepção que foi feita pelas pessoas desta Freguesia.

Venho só falar de duas coisas muito simples, e ao contrário do meu colega da Bidoeira, vim dar os parabéns ao Governo pelo facto de ter adiado a decisão de adjudicar o projecto do TGV para a próxima legislatura, acho que foi uma boa decisão, julgo que toda a gente já conhece a minha posição acerca deste assunto e queria realmente congratular-me por essa decisão.

A outra situação tem a ver com uma notícia que saiu há pouco tempo, sobre uma discussão que houve na Câmara acerca da localização da Loja do Cidadão em Leiria, porque estou a falar como uma pessoa que vive fora da Freguesia de Leiria e quando tenho de me deslocar a Leiria, tem que ser pelos meus próprios meios porque não tenho transportes urbanos disponíveis, como existe em Leiria. A decisão que houve por parte da vereação do PS foi sugerir a localização das lojas do cidadão no centro de Leiria. O que ouço e sempre ouvi dizer é que aquela zona do Topo Norte do Estádio iria ser utilizada para este tipo de serviços ao cidadão. Ontem li um artigo no Jornal de Leiria, de um munícipe a falar precisamente sobre esta questão, a dizer que realmente seria mais benéfico para as pessoas que vivem fora de Leiria, ter um sítio onde possam estacionar evitando os congestionamentos do trânsito de Leiria, para usufruírem de um serviço que é um bom serviço efectivamente, é reconhecido noutros sítios que prestam um bom serviço.

Por isso, gostava de perguntar à vereação do PS porque razão é que se esqueceram que existem pessoas fora da Freguesia de Leiria que também gostariam de utilizar

09-06-26 AM



esses serviços sem terem que se meter no trânsito e perder um tempo infinito para tratarem dos seus assuntos. Houve ainda esta semana a notícia sobre o novo equipamento comercial para a cidade de Leiria que me parece que seria talvez mais prejudicial ao comércio tradicional, e não houve abaixo-assinados, houve uma abstenção do vereador Raul Castro. Parece-me mais prejudicial um equipamento daquela dimensão em Leiria relativamente ao comércio tradicional, do que propriamente a Loja do Cidadão estar um bocadinho afastada mas que sirva todo o resto do Concelho em termos de acessibilidades e não massificar o trânsito dentro de Leiria. Era só isto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor Presidenta da Junta de Freguesia de Azoia, Manuel Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite!

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Se me permitem, na pessoa do senhor Presidente da Junta da Barreira, cumprimento a Mesa e cumprimento os colegas e cumprimento os cidadãos da Barreira.

Na qualidade de representante das Freguesias do Conselho Municipal de Educação, e apesar de este Conselho não ter ainda reunido para fazer o balanço do ano lectivo, penso ser oportuno referir nesta Assembleia, com base em informações que obtive junto de Presidentes de Junta, Associações de Pais e professores, que o balanço é extremamente positivo.

As políticas sociais na área educativa, evoluíram positivamente, nomeadamente a nível dos transportes, refeições e da componente de apoio à família, assim como, as actividades extra-curriculares.

Permitam-me que dirija algumas palavras específicas ao Agrupamento a que pertence, entre outras, a minha Freguesia e a Freguesia onde simpaticamente estamos reunidos.

Quero deixar uma palavra de apreço por todo o trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas José Saraiva, nomeadamente o projecto COMENIUS, que está em curso e que envolve oito países, e cujos professores e representantes desses



países recentemente nos visitaram. Para além de ter tido oportunidade de estar com eles, e de ver o seu contentamento e a sua satisfação pela forma como as coisas em Leiria decorriam, não esperávamos tantos e-mail's recebidos fossem de elogios para a cidade de Leiria, fossem para as freguesias ou para o agrupamento José Saraiva. Referiram em concreto e mais particularmente a questão das hospitalidades destas gentes e da diversidade de actividades que, e perdoem-me por isso, vou apenas referir uma. Essa actividade que muitos e-mail's referiram, foi a tarde cultural com a participação do Coro da Barreira, seguida de churrasco nos Jardins do Visconde.

Este balanço positivo do ano lectivo deve-se a muitos intervenientes: Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas, Associações de Pais, Comunidade, mas essencialmente aos professores. Os professores têm dado, apesar de dificuldades inerentes à sua profissão, o seu melhor para o sucesso educativo, porque estamos na Barreira não quero deixar de referir a actividade que aqui decorreu e que se intitulou Jardim de Leitura. Neste evento, participaram crianças das pré-primárias e das escolas do 1º ciclo do agrupamento, onde com grande entusiasmo participaram nas actividades oferecidas e que foram muitas e boas.

Mais uma vez, os professores e educadores foram excelentes, e mais uma vez o senhor Presidente da Junta da Barreira correspondeu positivamente. A Barreira é terra de cultura, prova disso são os que muitas vezes aqui escrevem e publicam. Está-se a semear para colher. E neste aspecto a Junta é uma boa semeadora no campo da cultura. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Boa noite a todos!

Seguindo o exemplo do meu colega Manuel Carvalho, eu iria cumprimentar na pessoa do nosso colega Presidente de Junta da Freguesia da Barreira, todos os presentes, inclusive a Mesa, pela forma como nos recebeu, aliás como sempre nos têm feito.



Eu ouvi com atenção a intervenção do nosso colega deputado Domingos Carvalho, relativamente ao campeonato da Europa de equipas SPAR. Como Presidente da Junta de Freguesia de Leiria e por ser importante demais para a cidade, para a região para o País, o facto de Leiria ter a capacidade, espaço físico e ser realmente o único estádio em Portugal com capacidade para fazer um evento daquele tipo, não posso deixar de lhe dar a minha visão que é uma visão do que aconteceu realmente e que foi, na minha opinião, importante. Quem nos dera que Leiria, todos os anos, pudesse ter uma actividade deste tipo.

O campeonato, como todos nós sabemos, ocorreu de 20 a 21 de Junho, no Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa, esta competição surge na sequência da Associação Europeia de Atletismo ter confiado à Federação Portuguesa de Atletismo e ao Município de Leiria a missão de acolher o campeonato, e que representou uma oportunidade exclusiva para Leiria como cidade anfitriã. Eu própria estive na apresentação, e foi dito que foi o segundo maior evento europeu de atletismo, o que de facto para nós, para Leiria, será sempre uma honra.

O campeonato da Europa, enquanto competição europeia de selecções, foi disputado pelas doze maiores potências do atletismo europeu, designadamente a Rússia, a Grã-Bretanha, a Polónia, a Alemanha, Itália, Espanha, França, Ucrânia, Grécia, Suécia, República Checa e Portugal. Em todas as equipas participaram atletas com resultados significativos em grandes competições internacionais, nomeadamente atletas masculinos e femininos medalhados nos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008, nos campeonatos do mundo de 2007, e nos europeus de pista coberta e de ar livre de 2006.

A par destes atletas competiram os melhores e mais representativos atletas nacionais, também eles medalhados e com resultados de relevo bem como, representaram a selecção nacional atletas formados no Concelho de Leiria, designadamente a nossa Vânia Silva, no lançamento do martelo, e o nosso Bruno Gualberto nos 4x400 metros.

Foi essencial para o sucesso do evento e para a presença dos mais de dezoito mil espectadores, novo recorde nacional de assistências na modalidade, o desenvolvimento do conjunto de actividades e acções de divulgação, que constituíram a campanha de promoção do campeonato da Europa de equipas SPAR. Foi também fundamental, para o êxito nacional e internacional do evento, o estabelecimento de uma parceria forte entre os elementos envolvidos na organização



do campeonato da Europa de equipas SPAR, nomeadamente o Município de Leiria e a Federação Portuguesa de Atletismo, tão bem representada pelo nosso leiriense Prof. Fernando Mota, em conjunto cooperaram e coordenaram as suas competências com vista ao bom desenvolvimento da competição e de forma a alcançar os objectivos. Com este intuito, foi ainda fundamental, a criação de sinergias com as diversas entidades parceiras, que contribuíram de forma essencial para o cumprimento desses pressupostos. Neste contexto, os parceiros desempenharam um papel primordial na concretização desta organização desportiva, em particular os Media que contribuíram directamente para divulgar e promover a cidade, a região de Leiria no País, na Europa e no Mundo.

Objectivamente, o Campeonato da Europa de Equipas SPAR envolveu as doze maiores potências do atletismo europeu, a participação de seiscentos atletas, cinquenta por país, entre os quais diversos medalhados nos Jogos Olímpicos de Pequim, como já disse, cento e setenta e nove jornalistas acreditados, mais de sessenta horas de transmissão televisiva em cinquenta e nove países europeus e não europeus, nomeadamente através de *broadcasters* oriundos de dezasseis países, com destaque para a BBC, TVE, RAI, RTR e RTP, bem como, para a EUROSPORT, DUBAI SPORTS e ESPN Ásia, envolvendo cerca de quarenta milhões de espectadores. Há até, em circulação na Internet, um folheto onde está especificado e passo a citar apenas que, em directo, tivemos o Chipre, a República Checa, a Estónia, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Grécia, a Grã-Bretanha, a Itália, a Holanda, a Polónia, Portugal, Rússia, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Dubai, e Ásia, a transmitir em directo.

Por conseguinte, é indispensável que o facto de Leiria acolher a competição mais importante do calendário desportivo do atletismo europeu em 2009, que corresponde à primeira edição deste formato, no qual foram introduzidos regulamentos específicos, constituiu uma oportunidade ímpar para promover as excepcionais condições logísticas e técnicas assistentes, tanto no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa como no Centro Nacional de Lançamentos, únicas no plano nacional, a dois passos do estádio. Promover a cultura e o património da cidade da região junto dos milhares de pessoas que se deslocaram a Leiria neste período, bem como, junto dos milhões de espectadores que acompanharam a competição através da televisão.

Eu não queria deixar de puxar também a brasa à minha sardinha, porque a Junta de Freguesia de Leiria entendeu, enfim, em complementaridade com tudo o que estava

09-06-26 AM



a ser feito, também ter uma pequena intervenção que foi, à noite, quando os atletas estavam mais disponíveis, efectuar uma recriação histórica “Leiria no século XIX”, que foi a primeira edição, foi o Roteiro Queirosiano de Leiria, outras actividades ligadas a Eça de Queiroz, onde os estabelecimentos de restauração, trajados a rigor, serviram ementas da época. Para quem assistiu, como eu, foi encantador ver como todo o comércio se envolveu, como as pessoas viveram, termos este número de pessoas que usualmente não vêm a Leiria.

Eu queria por isso dizer, senhora Presidente, todos os anos se fosse possível, era muito bom. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito boa noite.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, caros colegas.

Também me compete a mim, não numa perspectiva protocolar, agradecer a qualidade da hospitalidade da Junta de Freguesia, e para além daquilo que já foi dito, da sensibilidade, da simpatia, permitam-me uma nota pessoal em relação ao José Cunha.

Quero testemunhar aqui pessoalmente, talvez não seja muito protocolar, mas testemunhar perante todos, que aprendi a admirar a pessoa José Cunha, aprendi a ouvir a opinião assisada, prudente, do Presidente de Junta da Freguesia da Barreira, e pessoalmente, a construir uma sincera amizade, que ele sabe que é verdadeira, e se me permitem, talvez o exagero, mas digo com toda a sinceridade, a considerá-lo um dos melhores de todos nós.

Depois, num outro registo, saudar o deputado Domingos Carvalho pelo seu retorno ao tom reivindicativo, embora mitigado, que nos fazia falta, mesmo quando esse registo seja de teor protocolar, das distinções de privilégio que ele sabe que não subscrevo, mas admito que ele tenha essa preocupação, e a única coisa que quero dizer é que saúdo esse seu primeiro passo no sentido reivindicativo. Faz-nos falta a todos nós na Assembleia Municipal.

Depois, um terceiro ponto, relativamente ao que disse o senhor Presidente da Junta da Bidoeira, sublinhar e subscrever inteiramente a necessidade de dignificar a função

09-06-26 AM



de Presidente de Junta, cada vez mais necessária. Mas como também aqui já foi dito, julgo que é um pouco exagerado atribuir ao Poder Central as culpas das insuficiências alheias, nomeadamente, em relação ao saneamento básico. Esse sim, porque falou várias vezes em desiderato, esse sim é um desiderato civilizacional e que extrapola todos os pequenos territórios, sejam eles físicos, geográficos ou partidários.

A questão que me traz aqui hoje, não o faço por escrito, e portanto são só umas breves notas.

Eu venho aqui, sobretudo, insistir junto da Câmara Municipal, nomeadamente a senhora Presidente, na apresentação do referido elenco de medidas de apoio social no Concelho, lembrando que, no Concelho de Leiria, nos últimos doze meses, o desemprego subiu cerca de 48,6%, e nos últimos cinco meses, no distrito, quase mais mil e quinhentos cidadãos solicitaram o Fundo Social de Garantia, ou seja, a região de Leiria. E não digo isso obviamente com nenhum regozijo, pelo contrário, com grande preocupação, tal como, por exemplo, a região de Aveiro ou a região de Braga, zonas que anteriormente tinham um dinamismo que todos nós conhecemos, e sejam as zonas que estão a ter um impacto social mais negativo desta crise que nos afecta a todos, a nível mundial, estas contingências que todos nós conhecemos e que não é preciso estar aqui com grandes delongas.

Se a senhora Presidente me disse que o vai apresentar, eu espero que assim seja naturalmente, não tenho razões para o duvidar, até porque nos disse, mais do que uma vez, de que estaria a acautelar esse plano para que não pudesse incorrer em ilegalidades, que pudessem mais tarde ter consequências negativas.

Esperemos para ver e também, mais uma vez, perdoem-me talvez alguma ironia num assunto tão sério, esperar que neste assunto também não seja o QREN que tenha as costas largas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Eu queria também fugir ao protocolo e dizer uma coisa que deveria e tinha pensado dizer no princípio. Quando eu propus que a Assembleia Municipal se realizasse fora do centro de Leiria, disse para as áreas rurais do Concelho, e esta não é uma Freguesia rural do Concelho, embora também tenha uma parte. E a escolha como



última reunião aqui, se deve também à minha própria e pessoal admiração pelo trabalho do senhor Presidente.

Tem agora a palavra a senhora deputada Ana Elisa Santos.

DEPUTADA ANA ELISA SANTOS (PS)

Ana Elisa Santos, Partido Socialista.

Caro Presidente da Assembleia Municipal, cara senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores secretários, senhores vereadores, caros colegas deputados, meu caro Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Congratulo-me de estar aqui, na minha Freguesia, peço desculpa ao senhor Presidente da Maceira, mas é com muito prazer que me irei recensear realmente nesta Junta, pelo acolhimento que tivemos hoje é com muito mais prazer que me venho recensear na Junta de Freguesia da Barreira.

Queria agradecer ao senhor Presidente da Junta toda a amabilidade e cortesia que tiveram na nossa recepção, e também à população da Barreira pelas ofertas que nos presentearam.

Venho apresentar uma moção de congratulação dos deputados eleitos pelo Partido Socialista.

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 26 de Junho de 2009, felicita a União Desportiva de Leiria, pela brilhante prestação no campeonato da II Liga da época transacta, que lhe vai permitir reocupar aquele que é o seu lugar habitual no escalão máximo do futebol português.

A Assembleia Municipal congratula-se com este facto e agradece a todos aqueles que puderam contribuir para o sucesso, nomeadamente os jogadores, as equipas técnicas e os dirigentes, que no seu conjunto, conseguiram o feito de levar a bom termo uma notável recuperação, após um início menos com seguimento, atingindo aquele que era o objectivo desejado pela generalidade dos leirienses.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.



Cumprimento toda a Assembleia, e sobretudo o povo da Barreira, que hoje tão bem nos recebeu, e começava também por elogiar a realização do Campeonato da Europa em Leiria.

De facto, nós recebemos a maior e a mais importante organização do atletismo que alguma vez teve lugar no nosso País, e provavelmente, poderão passar décadas sem que esta competição volte a realizar-se no nosso País. Não tanto, como aqui foi dito e penso que menos correctamente, por sermos o único estádio com condições para o efeito, somos um dos possíveis, e foi bom que tivesse calhado a Leiria a organização deste evento que eu penso que a todos nos deve orgulhar.

Na verdade receber as principais doze selecções da Europa de atletismo é um feito considerável, e sei que, o Município de Leiria muito se empenhou na divulgação deste evento. É verdade que não houve sucesso na mobilização, inclusivamente se calhar a própria expectativa e os quarenta mil anunciados à comunicação social provavelmente trouxeram e colocaram fogueira num patamar demasiado elevado, hoje não adiantará muito discutir o que é que se poderia ter feito mais no sentido de podermos ter tido uma maior afluência de público, de qualquer forma gostaria de deixar aqui duas notas.

Com um pouco mais de esforço poder-se-ia ter envolvido nomeadamente as Juntas de Freguesia e as escolas, no sentido de fornecer transportes para que as pessoas pudessem ter ido ao estádio, justificar-se-ia que isso acontecesse. E houve também uma aprendizagem que não se fez e uma experiência positiva que tinha acontecido já com Leiria, no EURO 2004, que foi a falta de festa que este evento penso que teria merecido também, no sentido de um programa muito mais arrojado e aliciante, do que aquele que houve. Aquele pequeno exemplo que a senhora Presidente da Junta de Leiria deu, foi uma atitude simpática mas insuficiente para aquilo que o evento merecia e foi pena que a Junta de Freguesia de Leiria não se tivesse empenhado mais para que houvesse um evento com outra dignidade e com outra dimensão que o próprio evento merecia.

Uma nota também, que eu penso que é importante e que merece reflexão de todos, que tem a ver com o facto de que, comitivas tão elevadas ao nível dos atletas, dos representantes da comunicação social de tão elevado número de países, não tivessem tido a oportunidade de ficarem alojados na nossa cidade. É evidente que, não compete à Câmara construir hotéis, mas compete à Câmara criar condições e diálogos e sinergias, e a verdade é que este evento apenas ajudou a tornar ainda



mais claro, aquilo que são algumas falhas no nosso desenvolvimento. E de facto, Leiria, não tem a capacidade hoteleira que devia ter e não tem de facto uma oferta, e aproveitámos mal a presença de um tão elevado número de atletas, responsáveis, órgãos de comunicação social, que acabaram por projectar muito menos aquilo que poderíamos ter aproveitado em termos deste campeonato da Europa.

Por fim, dizer ao senhor deputado do Bloco de Esquerda, que é verdade, nós já por várias vezes falámos nisso aqui, o senhor Presidente da Mesa também, nós temos um défice de médicos de família e não só, de muitas especialidades em Portugal.

De qualquer forma, por acaso foi uma coisa que soube hoje acidentalmente, que posso dizer a toda a população da Barreira, que é já a partir da próxima semana que vai ter médico de família aqui na Freguesia, pelo menos se noutros locais não puder acontecer, sei que na Barreira o problema está resolvido e isso com certeza sei que nos congratulará a todos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Finalmente tem a palavra a senhora deputada Manuela Santos.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Boa noite a todos!

Manuela Santos, Partido Socialista.

Foi em 27 de Abril de 1999, que abriu ao público a primeira Loja do Cidadão em Lisboa. Já passaram dez anos, há muito que os leirienses aspiram ter uma Loja do Cidadão, e há muito que o Governo tem vindo a empenhar-se na prossecução deste objectivo.

É sabido, como a concentração de serviços públicos no mesmo posto de atendimento, permite melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos e com as empresas, resolvendo-lhes vários problemas ao mesmo tempo. Sendo uma mais-valia para todos, pode potenciar o desenvolvimento equilibrado das cidades e dos concelhos. É por isso, que a localização da Loja do Cidadão deve ser sempre criteriosamente escolhida. No caso de Leiria, a sua escolha é uma responsabilidade acrescida, e a Agência para a Modernização Administrativa deve ser devidamente informada de todas as hipóteses a apreciar, já que tem de ser a entidade a decidir a sua localização, deverá ter a máxima informação possível. A maioria camarária, apresentou ao Governo uma proposta de localização no Topo Norte do Estádio. Esta

09-06-26 AM



proposta, na nossa óptica, não só não permite o desenvolvimento harmonioso da cidade, que corre o risco de desertificação, como permitiria que o Topo Norte não fosse devidamente aproveitado para a sua vocação, ou seja, para equipamentos desportivos. Congratulamo-nos com o conjunto de propostas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, para a localização da Loja do Cidadão em Leiria. Todas elas no centro da cidade, todas elas permitindo dar uma nova imagem da Administração Pública, ao serviço dos munícipes, dando resposta às suas necessidades. Uma infra-estrutura desta natureza pode e deve ser uma alavanca importante, para dinamizar o comércio no Centro Histórico e no Rossio de Leiria, na medida em que, a centralidade, é um factor de atracção, é isso que Leiria espera do poder autárquico, e nós sabemos que a cidade e os cidadãos não podem ser esquecidos. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Terminou o período de inscrição para uso da palavra “antes da ordem do dia”, e vou dar a palavra à senhora Presidente para fazer a sua intervenção, pedindo-lhe que, dentro do possível, atenda ao adiantado da hora. Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente!

Cumprimento o senhor Presidente e os membros da Mesa, os senhores deputados, os senhores vereadores. Permitam-me um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Junta da Barreira, pela forma extraordinária como nos recebeu. Não é a primeira vez, pelo menos a mim pessoalmente, sempre que aqui venho sou muito bem recebida. Aliás, sempre que fui a qualquer freguesia fui muito bem recebida, diga-se em abono da verdade, mas foi realmente um fim de dia de grande qualidade que nos proporcionou. Muito obrigada por esta sensibilidade e por este cavalheirismo que lhe é tão particular.

Queria cumprimentar também o povo da Barreira, que como dizia o senhor Presidente, aqui veio em peso, é bonito que assim seja, é uma das razões, penso eu, que estive no espírito do senhor Presidente, para fazer estas Assembleias descentralizadas, é permitir que as pessoas das próprias Freguesias participem, ouçam e percebam também como funciona uma Assembleia Municipal. É sempre algo de importante para as pessoas, é um momento também importante para as pessoas

09-06-26 AM



perceberem, o que são as competências dos órgãos autárquicos, porque por vezes há alguma confusão nas pessoas sobre aquilo que são competências das Câmaras e o que são competências do Governo, o que são competências das Juntas de Freguesia, e é algo que deve ser esclarecido, porque pela proximidade, quer as Juntas de Freguesia quer as Câmaras, há sempre a tendência dos cidadãos de atribuir responsabilidades à resolução dos problemas das suas vidas, de todos os seus problemas, a estas instituições que estão mais perto deles próprios.

Posto isto, eu vou responder, como tem sido hábito, pela ordem das intervenções que foram feitas, sendo que, darei oportunidade aos senhores vereadores para poderem responder às questões mais concretas sobre alguns assuntos do seu respectivo pelouro.

Começava por responder ao senhor Manuel Verde, sobre a questão das estradas da Freguesia. Não tenho dúvida nenhuma, as estradas da Freguesia da Barreira não estão em bom estado. São umas estradas que, após a passagem do saneamento básico, aliás como é hábito em qualquer Freguesia, depois da passagem do saneamento básico, as estradas podem ficar imediatamente a seguir mais ou menos remendadas, mas depois acabam por se vir a degradar e isso foi o que aconteceu na Barreira. Estão, conforme disse e bem, duas estradas principais em termos de concurso terminadas, os concursos terminaram no final do ano passado, quando eu disse que a perspectiva era que se iniciasse no final do ano ou princípio do ano de 2009, a verdade é que, o Tribunal de Contas não pode imputar responsabilidades aos técnicos da Câmara de Leiria porque acontece no País inteiro, o Tribunal de Contas está a demorar mais de cinco a seis meses até dar o visto, aos trabalhos. Trata-se de duas obras com algum peso, com algum significado, e como tal, têm que ter necessariamente visto do Tribunal de Contas. Posso dizer que em relação à estrada principal da Barreira, recebemos a semana passada o visto do Tribunal de Contas. É uma obra que vai começar objectivamente dentro de dias, porque só depois de termos o visto do Tribunal de Contas é que há condições de avançarem as obras, e a outra, é estrada dos Andreus, que está já no Tribunal de Contas desde o início do ano. Calculamos nós que, depois de um infinito pedido de documentos e papéis, algo inacreditável, é algo que não se consegue entender quando temos o País com dificuldades económicas, em que é importante injectar financeiramente a economia, através de obras, não se consegue perceber porque é que o Tribunal de Contas, como nunca aconteceu em qualquer altura da minha vida autárquica, tantas

09-06-26 AM



complicações cria, para chegar ao fim com um visto de uma obra qualquer. E posso-lhe dizer que isto é assim de Norte a Sul do País, em qualquer Câmara.

Portanto, a perspectiva que nós temos em relação à estrada dos Andreus, é que muito em breve, porque o último papel foi enviado a semana passada para o Tribunal de Contas pensamos nós que o último, fique resolvido e seja visada e a partir daí avança a obra. Estamos exactamente neste ponto de situação.

Há uma outra obra que está em fase de concurso, mais pequena, que não irá ter tantas complicações em termos de Tribunal de Contas, mas depois o senhor vereador dará a respectiva explicação em termos de situação.

A outra explicação que eu queria dar também em relação à explicação que o senhor Manuel verde fez, é sobre o problema do IMI.

O senhor aí percebeu muito bem e disse, a nossa capacidade de intervenção no IMI é limitada. É uma lei do Estado, foi aprovada na Assembleia da República, é aí que tem que ser feita a respectiva alteração. E há algumas coisas, na minha opinião pessoal, que faz sentido serem alteradas no IMI. De qualquer das maneiras, há algo que nós podemos fazer, e esse algo que nós podemos fazer já fizemos, que foi a alteração dos coeficientes de localização. Isto foi aprovado nesta Assembleia, foi enviado ao senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que é por ele que passa a publicação e a aceitação da proposta que é feita através de aprovação em Câmara e em Assembleia Municipal, só para ter uma ideia foi enviada em Janeiro de 2008 ao senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e nós estamos em Junho de 2009 e não foi publicado.

Eu falei recentemente com o senhor Secretário de Estado, sensibilizando-o, porque era inqualificável uma coisa destas ter acontecido, tínhamos enviado a proposta em Janeiro de 2008, e até agora não tinha sido publicado. Como no nosso caso a proposta contemplava, na sua grande maioria, diminuição dos valores do coeficiente, que tem como reflexo imediato diminuição do IMI, evidentemente que o não ter sido publicado não permite que haja diminuição do IMI, porque continuam a vigorar os coeficientes iniciais. A resposta que o senhor Secretário de Estado me deu foi que, tinha várias propostas de vários Municípios pendentes, e que a grande maioria era para subir os coeficientes, e que, com certeza, como eu podia imaginar, não era a altura certa de publicar a subida dos coeficientes. E eu disse-lhe, que no caso de Leiria era para descer, não era para subir, e portanto, se eles não queriam que se subisse, ao menos publicassem aquilo que era para descer. Comprometeu-se que iria



seleccionar, em todos os Municípios do País as situações de descida dos coeficientes, porque iria ter implicações directas nos cidadãos e com certeza que do ponto de vista político também lhe interessava que isso acontecesse, e anos claramente também, neste caso concreto há uma convergência total de interesses, mas a verdade é que já lá vai um mês e meio que eu falei com o senhor Secretário de Estado e até agora não há publicação.

Portanto, é bom que os cidadãos do País, nomeadamente os que aqui estão, percebam que as competências são limitadas do ponto de vista de Câmara e do Poder Central, neste caso concreto o IMI são um exemplo evidente. Eu não posso, como podem imaginar, por muitas pressões que faça, ir ter com o senhor Secretário de Estado e obrigá-lo a publicar. Nós temos aqui representantes do Partido que está no Governo, e têm também que fazer esse papel, e devem fazê-lo, porque não há justificação possível para que esteja a acontecer uma coisa destas.

Relativamente a outra situação que aqui referiu, que é a questão do embargo das obras, nós não podemos fazer aquilo que o senhor diz, porque nós temos que cumprir a legislação sobre esse assunto. Portanto, quando o senhor diz que não se deve embargar sem se avisar a pessoa, não é possível fazer isso. Do ponto de vista prático a legislação diz que, quando é detectada uma irregularidade numa obra, ou uma obra clandestina, ou algo que está a ser feito em desacordo com o projecto aprovado, tem que se actuar de imediato, no sentido de se emitir um auto de embargo e consequente instauração de processo de contra-ordenação. É o que diz a lei. Ainda um dia destes eu tive uma conversa com a senhora vereadora do pelouro, em que concordámos que seria interessante e é uma aspiração, que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia tivessem competências para licenciar pequenas obras, por exemplo muros. Era um alívio para a Câmara, como podem imaginar, seria óptimo, porque têm um conhecimento muito mais directo e muito mais real da situação concreta que se lhes apresenta. A verdade é que do ponto de vista legal não é possível. As Juntas de Freguesia não têm competência nem é possível fazer delegação de competências da Câmara na respectiva Junta de Freguesia, porque não tem enquadramento legal. Portanto, se isto é uma pretensão, com certeza que é oportuno que o Governo, seja ele qual for, faça estas respectivas adaptações. Aquilo que às vezes nos parece que seria mais evidente, que seria mais operacional, que seria mais prático, não o podemos pôr em prática, porque do ponto de vista legal não podemos. É bom que as pessoas percebam que os órgãos autárquicos não têm



poder legislativo. Têm um poder legislativo diminuto, têm apenas na fixação das taxas, o poder legislativo compete à Assembleia da República, o nosso papel aqui é fazer propostas. A Associação Nacional de Municípios, tem tido um papel importantíssimo em variadíssimas propostas. Mas nós neste momento, estamos perante uma actuação governativa, em que 80% das propostas que a Associação Nacional de Municípios faz, e relativamente aos pareceres que dá sobre os diplomas que o Governo emite, não são tidos em conta. A Associação Nacional de Municípios Portugueses, tem uma estatística de todos os documentos que obrigatoriamente o Governo envia para parecer, que dá um parecer de desacordo com proposta alternativa, e que não são minimamente tidos em conta. Portanto, há limitações reais do ponto de vista daquilo que o cidadão lhe parece correcto, e se calhar muitas vezes é, e daquilo que a Câmara e as Juntas de Freguesia neste caso também têm, em termos de possibilidades de actuação.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, é evidente, porque eu conheço-o já há muito tempo e nós sabemos que aquilo que o senhor diz não é exactamente aquilo que o senhor pensa lá do fundo do coração. Eu não acredito que o senhor não considere que Leiria não é uma região e uma cidade de referência. Eu não acredito! O senhor tem orgulho na sua terra, o senhor gosta da sua terra, tem vaidade na sua terra, e o senhor diz isso muitas vezes em conversas que nós temos tido. Portanto a gente compreende, se calhar ontem o senhor não tinha feito esta intervenção, porque ontem o senhor pensava de outra maneira, e se calhar hoje já mudou outra vez de ideias e cá está a fazer esta intervenção. Nós todos já estamos a perceber e estamos situados. Efectivamente Leiria, é um Concelho de referência, comparativamente àqueles que o senhor disse. Sem dúvida absolutamente nenhuma. É um Concelho de referência, como dizia há pouco o senhor deputado que aqui fez a intervenção, em termos de desemprego, apesar de ele estar a subir por razões de conjuntura nacional e internacional também, mas a verdade é que continuamos a ter indicadores de desemprego baixos, a verdade é que é uma terra de atractividade, a verdade é que é um Concelho em que a população subiu, só entre 1991 e 2001, foi o Concelho da Região Centro que mais subiu, e é aquele que continua a subir. Apesar da desgraça do PDM, a verdade é que sobe, as pessoas vêm para Leiria.

Ora, ninguém se desloca para uma cidade e quer cá ficar, ou para um Concelho e estou a falar de uma maneira genérica, se não se sentir bem a viver lá. É porque tem



boa qualidade de vida, é porque tem emprego, é porque tem boas escolas para os seus filhos, é porque tem bons espaços verdes, é porque tem saneamento em muitas das zonas do concelho, é porque tem boas condições de vida. Não tenha a mínima dúvida. Apesar do PDM não ter sido revisto, a verdade porém, é que entre 1991 e 2001, só três Freguesias do Concelho de Leiria é que não cresceram populacionalmente, todas as outras cresceram, e a verdade é que nós neste momento temos cento e onze mil eleitores, o que significa que a população já está não nos cento e vinte mil que tinha em 2001, mas já está em cento e trinta mil. E para quem gosta de comparar com Coimbra, e eu gosto de comparar dizendo sempre que somos melhores, que somos objectivamente melhores, a verdade é que Coimbra poucos mais habitantes tem do que Leiria, tem o habitante flutuante derivado dos estudantes, como nós também temos os nossos e eles têm mais.

Portanto, eu acho que o senhor quando diz que não acha que Leiria seja referência, não é exactamente aquilo que pensa e daí eu lhe dizer isto com toda a sinceridade.

O Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, é um homem que gosta da sua terra, que tem orgulho e vaidade na sua terra, e tem razão para a ter.

Portanto senhor Presidente da Junta, nós podemos discutir outras coisas, mas intervenções políticas dessa forma como o senhor fez só são integradas naquilo que há pouco o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizia, estamos muito perto e a campanha não deve ser aqui dentro, deve ser lá fora.

Para completar a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, quando falou nas acessibilidades.

Se calhar não há nenhuma capital de Distrito do País que seja servida por duas auto-estradas. Eu nisso estou à vontade, porque algumas foram feitas por um Governo do meu partido e outras pelo seu e portanto, a verdade é que temos duas auto-estradas e com boas acessibilidades, com grande evolução nos últimos anos, sem margem para dúvida.

Relativamente a algumas das afirmações que fez também, sobre a questão do PDM, o senhor diz que "era obrigação da Câmara antever as normas que vêm obrigar a fazer determinado tipo de operações", neste caso concreto estudos por exemplo, de impacto ambiental no âmbito da revisão do PDM.

Eu não sei como é que nós, autarquias, conseguimos antever as normas, que os Governos sejam eles quais forem, entretanto emitem. Tanto mais que, por exemplo,

09-06-26 AM



essa norma que obrigou ao estudo de impacto ambiental ou estudo estratégico ambiental para quem estava a fazer revisões ao PDM, por acaso até já fui informada pelo próprio Secretário de Estado do actual Governo, que me disse que é uma norma transposta da Comunidade Europeia, obrigatória, que entrou em vigor, segundo ele dizia, já com algum atraso, mas que era obrigatório por decisão comunitária. E portanto, nós tivemos apenas que a aplicar quando tivemos conhecimento dela, não podemos antever, e isso provocou reais consequências de atraso da forma como a revisão do PDM estava a seguir.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Bidoeira e que depois também foi falado pelo deputado José Guedes, da Junta de freguesia da Boa Vista, esta história da lei dos poços, nós não podemos estar a desviar agora para as fossas uma trapalhada que o Governo inventou, e que agora à última da hora veio voltar atrás porque efectivamente estava a criar uma revolta nacional esta história da georreferenciação dos poços. Sabem que isto é verdade, sabem que o Governo recuou e agora não venham para aqui interpretar que a culpa é da Câmara porque o Governo recuou, com alguma sensatez, o erro foi ter posto cá fora aquela lei que não tinha pés nem cabeça, resolveu deixar a questão das fossas mas o que devia ter feito era acabar com tudo. Não pôr uma lei cá fora, sem criar as condições que permitissem às pessoas cumprir essa mesma lei. Portanto, não vamos aqui desviar as atenções daquilo que é responsabilidades, neste caso concreto, de uma lei disparatada, sem qualquer tipo de consistência, que o Governo pôs cá fora.

Relativamente às intervenções do deputado Domingos Carvalho, há aqui duas ou três coisas que eu vou pedir ao senhor vereador Fernando Carvalho para lhe responder, mas queria dar-lhe nota e falava genericamente na questão do Campeonato da Europa de Atletismo

Eu acho que devemos estar todos satisfeitos do sucesso que foi o Campeonato da Europa, e não andar, como eu já assisti aqui em algumas intervenções, à procura de uma coisa ou outra que correu menos bem. Evidentemente que quando há um campeonato desta dimensão, se houver ali uma vírgula que não corra tão bem, naturalmente que não é de estranhar. Mas o que eu notei, foi que em vez de haver uma demonstração de satisfação por algo que projectou Leiria, na Europa e no Mundo, que foi efectivamente isso que aconteceu, ouvimos aqui intervenções do tipo "porque ali faltou, isto, ali faltou aquilo". Eu acho que deve ser um orgulho para todos nós termos um Estádio, o único no País qualificado para receber provas desta



categoria, é o único no País e não fui eu que o disse, é o único que está homologado pela Associação Europeia de Atletismo, toda a gente leu no jornal palavras do Prof. Moniz Pereira, que é uma pessoa insuspeita, é um especialista na modalidade, e eu acho que é uma satisfação para todos nós, leirienses, independentemente do partido que são ou área política. É uma satisfação, aquilo que aconteceu no nosso Estádio! Não tenho dúvidas nenhuma. E é uma satisfação ter lá estado dezoito mil espectadores. Quando se diz “falava-se me quarenta mil”, nunca aconteceu no País um espectáculo de atletismo com dezoito mil espectadores, nunca, bateram-se todos os recordes. Não tenho dúvida nenhuma que a questão do calor afectou, não tanto pela questão da localização, mas porque houve a atractividade natural da praia em dois dias que foram os mais quentes do ano. E portanto, as pessoas tinham o bilhete, mas aparece-lhes uma oportunidade de ir até à praia em dois dias de calor que toda a gente sabe que estiveram, e não vão. Mas acho que apesar de tudo, os dezoito mil espectadores foi algo de notável e sobretudo a projecção que Leiria teve, a satisfação da organização que foi manifestada pelos representantes que cá estavam, incluindo o Presidente da Associação Europeia de Atletismo, é algo de notável para a nossa cidade, para a nossa infra-estrutura e todos devemos louvar e ficarmos satisfeitos quando algo corre bem na terra que é nossa. Acho que deve ser esse o nosso papel.

Relativamente à questão dos custos, que o deputado Domingos Carvalho referiu, eu queria-lhe dizer o seguinte:

Nós tivemos patrocínios significativos para este evento, e daí se responde a uma observação feita, ironicamente como é habitual, pelo senhor deputado Vieira Pereira. Tudo o que apareceu aí na cidade da TMN foi em contrapartida do patrocínio ao campeonato da Europa. A TMN foi o principal patrocinador do Campeonato da Europa. Naturalmente que, quando um patrocinador dá, através de apoio directo, dinheiro e mais um valor significativo em espécie, cento e trinta e cinco mil euros, pedir como contrapartida ficar ali com uns espaço para pôr lá aquele bonecos a fazer publicidade, acho que se justifica plenamente. É a sua opinião, naturalmente que se o senhor estivesse a gerir faria de outra maneira, mas quando o povo lhe der essa oportunidade fará. Foi um apoio significativo que a TMN deu para o evento.

Portanto, respondendo à questão das despesas, retirando a questão do Topo Norte, porque foi um investimento que fica ali para o futuro, não é só para o evento, os custos directos do evento ficaram em cento e oitenta e dois mil euros. Estou a falar



em publicidade e às poucas adaptações que tiveram que ser feitas no Estádio, alguma compra de equipamento tipo barreiras, etc., porque aqueles equipamentos mais sofisticados vieram com a própria Associação Europeia de Atletismo. Portanto, este valor comparativamente ao valor das receitas, ainda conseguimos ter cento e oitenta e cinco mil euros, não em dinheiro mas dinheiro e espécie, eu digo-vos quais foram as receitas, os patrocinadores foi a TMN, com setenta mil euros em dinheiro e sessenta e cinco mil euros em espécie, quando digo em espécie refiro-me a todas as ligações dentro do Estádio para jornalistas, etc., toda a parte de telecomunicações, a TMN/PT fez através de um patrocínio, a Liberty Seguros deu quarenta mil euros e forneceu o seguro da responsabilidade civil do evento, gratuitamente, e os CTT deram dez mil euros e distribuíram cinquenta mil folhetos alusivos ao evento e deram dois mil euros para a respectiva produção. Portanto, foram os totais dos patrocínios directos e indirectos, em dinheiro e em espécie. O que significa que tendo em conta que as despesas estão na ordem dos cento e oitenta e dois mil euros, despesas directas, não contando com o Topo Norte, significa que as receitas cobriram as despesas e ainda ficou aqui uma diferencazinha para o Topo Norte.

Ainda das intervenções do senhor deputado Domingos Carvalho, eu digo muito sinceramente, se há uma coisa, e está aqui o senhor deputado Carlos André que não me deixa mentir, com a qual eu nunca convivi bem foi com o protocolo. Ele deu-me sempre uma ajuda preciosa, quando estive nas funções que nós sabemos, porque eu tenho uma grande dificuldade em conviver com protocolo. Não percebo, reajo mal, a mim tanto me faz que me ponham numa cadeira como noutra, é muito difícil para mim conviver com isso. E portanto, eu peço-lhe muita desculpa, se alguma vez falhámos ou eu falhei, porque tenho esta incapacidade natural de conviver com o protocolo. Vamos apurar para que no futuro, apesar de eu ser um bocado alérgica, alguém comigo evite esta alergia, mas tenho esta dificuldade real, aliás, tenho duas dificuldades reais que acho que nunca mais aprenderei, são as patentes das tropas e é a vivência do protocolo, portanto mais uma vez as minhas desculpas se houve falhas e tentaremos evitá-las no futuro.

Relativamente à questão da pulseira, eu vou pedir à senhora vereadora Isabel para depois explicar, porque ela sabe melhor como é que a coisa ficou combinada com a Associação Europeia.

Quando falou nos protocolo do ténis, fez aqui um retrato real das dificuldades que as autarquias têm, mais uma vez para conviver com determinados organismos do Poder



Central. E eu volto a dizer, estou perfeitamente à vontade, porque é o Poder Central, seja ele socialista seja ele social-democrata, foi assim sempre. É algo de inqualificável. Só para saber, o caso concreto do plano de pormenor, esteve durante um ano certo, com parecer favorável dos técnicos, no Gabinete do Director-geral do Ordenamento do Território. E devo-vos dizer que eu telefonava para lá todas as semanas, à segunda-feira de manhã, havia uma orientação na minha secretária, para ligar ao senhor Director-geral do Ordenamento do Território, o senhor umas vezes atendia-me, outras vezes fingia que não estava, enfim, só um ano depois é que o senhor nos reenviou, para discussão pública, que vai ser feita entretanto. Eu expliquei-lhe inúmeras vezes, falei com a subdirectora-geral, porque é uma pessoa que até foi aqui directora do Parque da Serra d'Aires e Candeeiros, é uma pessoa conhecida, falei variadíssimas vezes com ela, a Arquitecta Maria João foi incansável, e portanto, por vezes o Governo tem vontade com determinado tipo de legislações e depois encontramos gente neste tipo de organismos, que é tudo menos facilitador do procedimento seja do que for. Portanto, isto é a realidade! Tivemos tudo pronto e estive lá um ano no gabinete do Director-geral do Ordenamento do Território.

Relativamente às intervenções do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, já respondi às vias, noutra contexto, à questão da TMN, manifestar-lhe a minha concordância absoluta em relação aos médios da extensão de saúde, faço apenas uma correcção, é que não há memória de nenhuma Junta de Freguesia fazer um posto médico. Se alguns foram feitos no Concelho de Leiria ao contrário daquilo que são as competências, foi a Câmara, incluindo este da Barreira. Foi obra da Câmara, sabendo nós que não está nas competências das autarquias a construção de postos médicos, mas nós tivemos que os fazer, porque se não os fizéssemos, então é que não tínhamos capacidade nenhuma porque era um pretexto de tirar os médicos, porque os centros de saúde e os postos médicos não tinham condições.

Dar-lhe nota, como já dei ao senhor Presidente da Junta da Barreira, mas vou repetir para todos, relativamente àquele atentado sem explicação, da alteração do túnel para algo que era uma vala, julgo que podemos classificar assim.

Nós vamos ter no âmbito daquela concessão Litoral/Oeste que tem o IC36 e o IC9/variante da Batalha, vamos ter alargamento do IC2 e vamos ter variadíssimas intervenções no Concelho, como se percebe. Da análise que nós fizemos da proposta de intervenção de projecto, concluímos que havia três situações, que eu considero graves, e muito graves, no Concelho de Leiria. A saber, essa, que acabou de referir,

09-06-26 AM



aqui na Barreira, tanto mais que acabou por ser uma alteração ao projecto inicial, porque no projecto inicial tinha túnel e depois desapareceu para ficar uma vala, ali ao pé do quartel, que é uma coisa surrealista, essa era claramente um caso grave, tínhamos considerado muito grave também a questão do túnel nos Pousos, e, uma confusão grave, Santa Catarina da Serra/Chaiça, com a saída do nó do IC9 com acesso a Fátima. Transmitimos isso numa reunião, os senhores Presidentes de Junta que lá estiveram sabem que é verdade, manifestei com grande veemência o desagrado desta situação, e a verdade é que hoje de manhã mesmo, tive uma reunião com o responsável do consórcio que ficou com a concessão, que me trouxe uma notícia muito boa, uma notícia assim-assim, e uma notícia muito má. E eu vou aqui transmiti-las. Felizmente, a notícia muito boa é da Barreira ou seja, retomaram a solução inicial, vai haver túnel. Foi retomada a proposta inicial com uma pequena alteração que eu já expliquei ao senhor Presidente da Junta, estavam previstos dois braços e uma ilha no meio, a ideia é não haver dois braços, é continuar a via conforme estava prevista mas em túnel. De qualquer das maneiras foi pedido ao senhor director-geral do consórcio que nos fizesse chegar os desenhos para depois vermos novamente, porque aquilo foi apenas uma conversa em que ele ficou muito preocupado, na reunião que tínhamos tido, em que eu manifestei o desagrado total, e o senhor achou-se na obrigação de vir trazer a notícia boa, dizendo que, muito em breve entregará o desenho.

Relativamente à notícia assim-assim, considero eu que é Chaiça/Santa Catarina da Serra, na medida em que o que ele nos disse é que está a ser alterada a solução, e que está a ser estudada uma solução que evite aquele disparate que nós sabemos, que era o trânsito ir parar à estrada da Loureira naquelas condições que efectivamente não tem. Não sei se será em breve, porque percebi que era uma solução complicada, mas enfim, dentro de algum tempo será uma solução que depois nós discutiremos com os senhores Presidentes de Junta.

A péssima notícia é em relação à questão dos Pousos. A informação que foi trazida é que não tinham intenção de fazer o túnel. Eu voltei a manifestar o meu desacordo total, não tem qualquer tipo de lógica de intervenção no território não ser feito o túnel, fica separada a parte de Freguesia dos Pousos com aquilo que é a nova centralidade dos Pousos, e portanto, disse ao senhor que nunca teria da parte da Câmara, para já não falar da Junta de Freguesia e que imagino qual é a posição, a aceitação daquela decisão. Foram as instruções que o senhor levou de volta, e o que



eu peço a todos, mais uma vez dirijo o meu pedido também aos senhores deputados do Partido Socialista que com certeza terão facilidade em chegar às Estradas de Portugal, para exercerem a sua influência no sentido de que, esta solução dos Pousos não tenha seguimento porque, penso eu, será algo que não tem qualquer tipo de explicação para aquela população que ali vive.

Relativamente à questão das medidas anti-crise. Eu no fim darei a palavra à senhora vereadora Neusa Magalhães, que tem a responsabilidade de fazer essa apresentação, mas vou fazer só uma nota à intervenção do deputado Pedro Biscaia.

Da maneira como falou da crise, eu até fiquei com a ideia que se calhar a crise também é responsabilidade das Câmaras. É bom que se entenda que a crise se existe é uma crise internacional, diz o nosso Primeiro-ministro vezes sem conta, mas também é uma crise nacional e portanto nós todos temos é que, cada um dentro daquilo que são as suas competências e as suas responsabilidades, tentar minimizar.

Relativamente às sugestões do senhor deputado Luís Pinto, eu só lhe queria dizer o seguinte:

Quando sugere a questão da festa, comparando com o EURO 2004, temos que ter noção de que, o EURO 2004, foi um espectáculo em que os espectadores estrangeiros para assistir aos jogos foram imensos, e portanto a cidade foi invadida por espectadores estrangeiros. E quando nós decidimos fazer aquele clima de festa para os espectadores na cidade, era muito dedicado aos espectadores estrangeiros que cá estavam. Nós agora não tivemos espectadores estrangeiros, tivemos bastante gente mas eram as equipas, os treinadores, toda aquela gente e portanto uma grande festa para quem cá vinha, na minha opinião não tinha grande justificação. Sendo que, havia actividades permanentes, numa lógica de festa dedicada ao atletismo, que foi o Leiria Athletics. A cidade estava em festa, com actividades como já vem sendo hábito, cada vez que há qualquer tipo de evento no género, o Leiria Athletics e bem, adere fazendo provas de atletismo com ar de festa, na rua, o que eu acho que foi realmente interessante.

Relativamente á intervenção da senhora deputada Manuela Santos, eu queria-lhe só dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, a responsabilidade da localização das lojas do cidadão, é do Governo, não é de nenhuma Câmara. Portanto, se faz a análise que faz, o problema é do Governo, não é nosso. Pedimo-la várias vezes, houve várias deliberações de



Câmara e até da Assembleia Municipal no sentido de termos uma Loja do Cidadão, e a verdade é que só agora é que chegou a vez de Leiria ter uma Loja do Cidadão.

Portanto, não vale a pena inverter as coisas, porque se há coisas que eu não consigo entender é que não se assumam as responsabilidades e que se tente mandar as responsabilidades para cima dos outros. Por outro lado, o que eu acho muito estranho e tenho que dizer, é que, estamos no fim do mandato, e os senhores vereadores do Partido Socialista nunca fizeram nenhuma proposta na Câmara para instalar a Loja do Cidadão nem local. Os senhores vereadores fazem parte da Câmara, do executivo, têm todo o direito e obrigação, entendo eu. Eu já fui membro da oposição numa Assembleia de Freguesia e sei do que estou a falar, e não foram poucas as vezes em que eu fui com propostas objectivas, e muitas das vezes o senhor Presidente da Junta, pessoa que eu muito prezo, aceitou as minhas propostas, e também muitas das vezes eu me prontifiquei a dar a minha colaboração e colaborei. Portanto, fica muito bem aos senhores vereadores da oposição trazer propostas, se era assim tão importante a Loja do Cidadão nos cinco ou seis espaços que de repente apareceram, porque é que não propuseram? Porque é que estiveram à espera que a maioria fizesse uma proposta? É esta indignação que eu tenho que manifestar quando Vêm aqui com ideias de que parece que nós não fizemos nada e que a responsabilidade é nossa. Os senhores vereadores da oposição, aconteceu isso noutros mandatos, apresentaram propostas concretas, e toda a gente que me conhece sabe, que quando a proposta concreta e objectiva é boa, não é por vir de um vereador da oposição que eu a rejeito. Foram várias as vezes que as aceitei, só que, durante este mandato foi o deserto.

Senhor Presidente acabei, vou passar a palavra aos senhores vereadores.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor. Eu tenho apenas que pedir desculpa à senhora Presidente por interromper-lhe a palavra. De facto, o ponto nove do artigo vigésimo do nosso Regimento não permite a interrupção da palavra, eu fui levado um pouco pelo senhor deputado Carlos André, não estou a atirar culpas nenhuma, deixei-me apenas levar, mas depois o senhor deputado terá ocasião de se manifestar.

Senhor vereador Fernando Carvalho.



FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Boa noite!

Fernando Carvalho, vereador.

Os meus cumprimentos à Mesa, aos meus colegas vereadores, a todos os senhores membros da Assembleia Municipal, e à população da Freguesia da Barreira que aqui está, e na pessoa do senhor Presidente agradecer-lhe também desde já, a magnífica recepção.

Eu vou ter alguma dificuldade em responder a algumas questões, tomei algumas notas soltas, mas a senhora Presidente praticamente respondeu a todos.

No entanto, duas ou três questões. Primeiro colocadas pelo senhor Carlos Rodrigues, da Rua Martim Gil.

Quero dizer que o senhor tem razão como é evidente, há ali algumas pessoas, de entre as quais o senhor e a sua família, que têm ali o problema que é originado pelo deficiente estacionamento, é uma questão cívica, não tem a ver com a intervenção dos serviços municipalizados, e nós indagámos isso, a intervenção deles não prejudicou as cotas do arruamento, temos essa informação, o que é certo é que, por uma questão de civismo, e como disse aqui o deputado Domingos Carvalho, é evidente que tem que haver algum esforço de compatibilização entre uma actividade que é excelente para a Freguesia, aliás, um dos grandes cartões-de-visita da Freguesia de Marrazes é a sua restauração, que é magnífica, conhecida em Leiria e fora de portas, e portanto, é necessária alguma sã convivência e respeito mútuo para quem utiliza. Penso que a Câmara pode tentar melhorar ali alguma questão relacionada com sinalética, e pedia também um pouco a intervenção da polícia de segurança pública para ajudar a disciplinar algumas situações de abuso, penso que é o que o Município pode fazer para contribuir para resolver o problema.

Em relação à intervenção do senhor Manuel Verde, a senhora Presidente já explicou, algumas intervenções que já foram feitas, eu quero aqui dizer que depois da instalação das infra-estruturas básicas aqui na Freguesia, e como sabe o saneamento não foi concluído assim há tanto tempo quanto isso, nós verificámos que havia três intervenções fundamentais a fazer. Uma era a estrada principal da Barreira, a estrada de Marvila, Sobral e Andreus, e também a ligação entre o Casal da Cortiça e Casal Mil Homens. Todas essas intervenções e algumas delas estiveram previstas para o ano passado, mas devido a problemas burocráticos, que é essa a verdade, e



aliás basta consultar os processos, e à necessidade de obtenção de todos os vistos necessários, só agora é que está condições de avançar a estrada da Barreira, já tem a adjudicação e o visto do Tribunal de Contas, é um investimento na ordem de um milhão de euros, a estrada do Sobral avançará penso que em breve porque as questões que foram agora levantadas foram já respondidas e em breve iremos iniciar a obra, é um investimento de cerca de quatrocentos mil euros, e por fim, a estrada de ligação entre o Casal da Cortiça/Casal Mil Homens, sendo um investimento mais pequeno, de cento e vinte mil euros, avançará em meados do Verão, essa obra não tem visto do Tribunal de Contas.

Em relação a algumas pequenas observações, relacionadas com o trânsito, do deputado Domingos Carvalho, e nomeadamente o estacionamento na Rua Cardoso e Cunha, é de facto um problema também de civismo e de policiamento. O que nós podemos fazer, uma vez que a Câmara tem o local sinalizado, é alertar a PSP para passar mais vezes no local.

Em relação à envolvente ao Pingo Doce, nós já tivemos oportunidade há pouco de conversar sobre isso, houve um erro na sinalização. Não foi da parte da Câmara, foi o empreiteiro da obra, por lapso entregaram-lhe uma placa com erros, e portanto durante este fim-de-semana, eventualmente mais um dia ou dois, há ali um défice de sinalização. Quando ela estiver colocada, nós estamos convictos que a solução implementada é a correcta, sob o ponto de vista rodoviário e também sob o ponto de vista de utilização pedonal, sobretudo em termos de segurança das pessoas e utentes.

Só um a pequena observação em complemento à intervenção da senhora Presidente da Câmara, se ela me permite, em relação à intervenção da senhora deputada Manuela Santos sobre a Loja do Cidadão. É verdade que os vereadores do Partido Socialista poderiam ter apresentado propostas durante este mandato, uma vez que se sabia que a questão do Topo Norte estava a ser ventilada para a instalação da Loja do Cidadão, eu queria recordar-lhe que, se quiser consultar o manifesto eleitoral do seu partido para este mandato, está lá "instalação da Loja do Cidadão no Topo Norte do Estádio Magalhães Pessoa".

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Agora a senhora vereadora Isabel Gonçalves.



ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

Boa noite.

Cumprimento a Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, comunicação social, todos os presentes.

Só para dar mais algumas respostas, a senhora Presidente praticamente já respondeu a todas as questões, mas em relação ainda às questões formuladas pelo senhor deputado Domingos Carvalho e no que respeita ainda aos Campeonatos da Europa de Equipas que se realizaram no fim-de-semana transacto, duas questões que ficaram ainda um pouco por esclarecer.

A questão do protocolo e dos convites para quem entrou e os convites que existiam só para a porta 7 e portanto para o acesso ao camarote presidencial.

Os convites e toda a organização do protocolo foi da única e exclusiva responsabilidade da E.A. com a Federação Portuguesa de Atletismo, não houve qualquer interferência de intervenção da Câmara ou da Leirisport nestas questões do protocolo. Os convites VIP foram definidos efectivamente pela organização da EEA, e quem tinha convite para entrar pela porta 7 tinha direito efectivamente, no âmbito de tudo o que acontecia no camarote presidencial, a ter o acesso a uma zona onde havia um buffet e que as pessoas podiam também utilizar. O que acontece é que no primeiro dia, provavelmente por falha da organização, as pessoas que entravam com bilhete directamente pelo torniquete, não se apercebiam que havia depois uma pulseirinha para colocar, para que as pessoas da segurança vissem que a pessoa tinha essa pulseira, e portanto tinham esse acesso, de facto de havia muita segurança imposta pela própria organização, e todas as pessoas que tinham a pulseira é que poderiam aceder àquela zona do buffet. Além dessas pessoas, não necessitavam de ter pulseira quem tinha realmente o passaporte, digamos, para poder aceder a essa zona do Estádio, mas essas eram as pessoas que pertenciam à própria organização. E houve realmente algumas questões, não foi só com o senhor deputado, houve com outras pessoas que realmente não se aperceberam quando entraram, porque ninguém lhes disse que era preciso usar uma pulseira que daria acesso àquela zona. Entretanto no domingo, essa situação já não ocorreu, aliás ocorreu o contrário, as pessoas quando iam para entrar directamente com o bilhete pelo torniquete, eram chamadas primeiro para se dirigirem ao balcão para receberem a pulseira e depois entrarem pelo torniquete. Mas tudo isto para vos dizer que a falha



se houve falha, e houve naturalmente, foi da organização da E.A. e da Federação Portuguesa de Atletismo. Estava uma funcionária da Leirisport nesse mesmo balcão, para servir também de recepção e para ajudar, mas que não tinha qualquer responsabilidade nessa matéria.

Em relação à bancada nascente, e ao sol que se fez sentir nessa bancada, também dizer-vos o seguinte:

As pessoas no sábado sentaram-se e começaram a aceder à bancada nascente, naquela hora de sol, hora também imposta pela organização, pela Federação de Atletismo e pela E.A., decorrente também daquilo que são os horários das provas impostos também pelo horário das transmissões televisivas. É claro que era tudo muito mais agradável se às sete horas da tarde comessem as provas em de terminarem a essa hora, o que era um espectáculo com certeza muito mais agradável para todos. No entanto, os horários são impostos pelo horário das próprias transmissões televisivas Devo dizer-vos também o seguinte, na véspera das provas, na sexta-feira, isto também em relação à fraca participação, existia “esgotado” em termos de bilheteira e de requisição de bilhetes. Como sabem desta vez houve necessidade de as pessoas que queriam ir assistir, embora o bilhete fosse grátis, pré-inscreverem-se para levantarem o bilhete, e na véspera toda a zona Poente, primeiro e segundo anel, estava esgotado. E portanto, em termos de pretensão do público para ir ver as provas esgotou, e aí que, naturalmente, há bilhetes no Topo Sul e há bilhetes para a bancada Nascente. Contudo, quando se verificou no início das provas, que a bancada Poente não estava completamente cheia, nem lá perto, havia muitos lugares, havia muitas pessoas que tinham ficado com bilhete, que tinham ido levantar o seu bilhete para a bancada Poente e que não o tinham utilizado, e que havia pessoas mal instaladas, ao sol, na bancada Nascente, nós da Leirisport, sem termos autorização expressa, porque como vos disse a organização era da E.A e da Federação Portuguesa de Atletismo, pedimos para que essas pessoas que estavam ao sol se pudessem deslocar para o Topo Sul, onde já poderiam ver as provas. Isto também para dar o esclarecimento da questão do sol.

Realmente já foi aqui tudo dito, foi um orgulho para todos nós, é pena que na verdade as pessoas, ainda que portadoras do seu bilhete, não tivessem ido assistir a uma prova como aqui já foi dito, é a nível mundial a segunda prova de atletismo mais importante este ano, e a nível europeu a primeira prova, a mais importante.



Em relação à questão colocada pelo senhor deputado José Guedes, da Junta de Freguesia da Boa Vista, a Carta Desportiva.

O trabalho da Câmara Municipal foi todo feito com vista ao desenvolvimento, por nós próprios, da Carta Desportiva. Todas as instalações desportivas estão referenciadas, estão devidamente caracterizadas, no entanto houve uma orientação da Secretaria de Estado do Desporto com o IDP, para que todos esses elementos fossem remetidos e organizados a partir do próprio IDP, ou seja, fazer uma Carta Desportiva a nível nacional, envolvendo todos os Municípios e todas as instalações desportivas, com normas idênticas para todo o País. Utilizando os mesmos ficheiros e o mesmo esquema para todo o País, para que não hajam várias Cartas Desportivas, umas díspares em relação a outras, consoante o Município que as fez.

E portanto, neste momento, todos os nossos dados em relação às instalações desportivas do Concelho foram remetidos para o IDP, para que na verdade possamos, em conjunto, fazer e ter a nossa Carta Desportiva.

Ainda em relação a outra questão que o deputado José Guedes colocou, do andamento dos processos.

Como sabe, as Juntas de Freguesia têm instalados os computadores, ligados em rede pela Leiria Digital, e foi disponibilizado neste mandato a informação on-line a todos os requerentes dos processos e as Juntas de Freguesia podem também aceder a essa informação, sobre os andamentos dos processos. Portanto, on-line, qualquer requerente de um processo pode obter a informação sobre o andamento do seu processo tal como qualquer técnico na Câmara ou eu própria, acedendo através do computador, e os requerentes em suas casas, se tiverem Internet ligada, podem aceder em qualquer momento para consultarem os seus processos.

Em relação aos processos de contra-ordenação, a lei obriga a que apenas seja dada a informação do andamento do processo ao próprio interessado e quando ele resulta de uma reclamação ou de uma queixa, a lei obriga que também seja informado o reclamante. Nós não podemos estar a divulgar o teor dos processos de contra-ordenação porque realmente a lei não o permite. Era só, muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Senhora vereadora Neusa Magalhães, faça favor!



NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, ESPAÇOS VERDES E AMBIENTE)

Boa noite à Mesa, aos senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, público aqui presente e um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Junta pela forma como nos recebeu.

Foi-me pedido que falasse das medidas de apoio social, mas antes de as enunciar, gostaria de aqui três notas prévias para se perceber em que contexto estas iniciativas estão a ser promovidas pela Câmara Municipal.

Em primeiro lugar dizer que, não estão atribuídas aos Municípios competências em matéria de apoio directo às famílias, ou seja, não há enquadramento legal para que os Municípios possam apoiar directamente os cidadãos ou as famílias.

Dizer-vos também que, a nossa intervenção no pelouro da Acção Social e Família se faz essencialmente na promoção do desenvolvimento social e no combate à exclusão social. Mas essa intervenção faz-se sempre em parceria com as outras organizações que estão também no território e de uma forma integrada.

Terceira nota, para vos referir que, essa intervenção resulta das necessidades que são levantadas através da rede social que o Concelho tem neste momento a funcionar, nomeadamente o CLAS – Conselho Local de Acção Social, do qual fazem parte setenta e quatro organizações e das Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesias, nas quais participam cento e vinte e oito organizações de grande proximidade com as comunidades. O que significa que, com o Município, estas organizações identificam as necessidades sentidas pelos munícipes no nosso Concelho, sobretudo nas áreas da habitação, da família, nas áreas do emprego, crianças e jovens, nas áreas da reinserção e da toxicodependência.

Eu vou agora passar a enunciar as medidas que a Câmara Municipal implementou mas vou enunciar a penas aquelas que a Câmara considerou mais relevantes e apenas aquelas que foram implementadas no ano de 2008 até 31 de Maio de 2009:

No âmbito da Habitação

-Apoio financeiro para melhoria das condições habitacionais de seis famílias do Concelho – seis famílias das freguesias de Barreira, Pousos e Monte Redondo

-Realojamentos em habitação municipal – 4 em 2008 e, 6 em 2009

-Adaptação de edifícios escolares - Está em curso a elaboração de projectos e orçamentação para 3 edifícios, que permitirão o realojamento de 8 famílias, nas freguesias de Colmeias e Carvide.



- Pedido de colaboração à Direcção Geral do Tesouro (ainda não respondida) para cedência temporária de edifícios habitacionais do antigo Bairro da Prisão Escola.
- Estudo e análise das situações familiares de grave carência habitacional nas freguesias de Leiria, Parceiros, Barosa, Marrazes, Pousos, S. Carpalhosa, e Maceira – identificadas 25 situações
- No âmbito do Núcleo Local do Rendimento Social de Inserção, onde é assegurada a representação do Município foram subscritos 40 Planos de Inserção com acções de habitação, onde estão incluídos apoios para aquisição de equipamento, para pagamento de rendas habitacionais em atraso, para melhorias de pequena dimensão, e para realojamento em habitação social.

No âmbito da Família:

- “O Tesouro das Famílias”, programa de desenvolvimento de competências parentais, em articulação com o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, os Agrupamentos Escolares e as Comissões Sociais de Freguesia – em 2008 abrangeu 90 pessoas (45 crianças e 45 pais/mães) de 35 famílias; e desde o início do programa, em 2007, foram abrangidas 167 pessoas (82 crianças e 85 pais/mães)

Programa de **Férias para Jovens** (não está aqui o senhor deputado Luís Pinto mas ele pode testemunhar o sucesso deste programa):

- Programa de férias para jovens desfavorecidos e/ou em situação de risco social, em colaboração com a ASAL, no qual já participaram cerca de 100 crianças e jovens, nos últimos anos.
- Participação no Conselho de Parceiros do Projecto “Porta Aberta”, promovido pela ASAL, visando a criação de um novo Lar com capacidade para 12 crianças e jovens e uma comunidade de inserção para os sem-abrigo/conhecidos arrumadores, com a capacidade para 15 adultos, foi prestado pela Câmara Municipal Leiria apoio técnico à candidatura de financiamento pelo PROGRIDE, e concessão de apoio financeiro de €60.000,00 para aquisição de moradia e obras de adaptação.
- Ainda na área da Família, o Cartão da Família, projecto recentemente lançado e divulgado, fomento da responsabilidade social das empresas, para isso foi celebrado um protocolo com a ACILIS e o Nerlei, sendo que também o Município e as empresas municipais e serviços municipalizados se propõem, através de três grandes eixos – descontos às famílias beneficiárias do RSI ou famílias que tenham rendimentos



equivalentes, bem como, apoio às IPSS's de acordo com "Banco de Ofertas", e, "apadrinhamento social" de famílias com crianças a estudar.

- Intervenção Centrada na Família", projecto de parceria com oito organizações públicas e privadas com intervenção na freguesia de Marrazes, através do qual se combate a intervenção múltipla e individualizada dos vários serviços junto de cada uma das famílias, apelando-se à coordenação de planos integrados de abordagem a cada família, e estão cerca de 70 situações avaliadas.

No âmbito do Emprego:

- A Câmara candidatou-se a um apoio do IEFP para a criação de um Gabinete de Inserção Profissional, o qual foi aprovado e que vai funcionar de Julho de 2009 a Junho de 2010, com o objectivo de apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, prevendo-se o acolhimento de 150 pessoas/mês.

No âmbito do combate à exclusão do social:

- A Mediação com a comunidade cigana de Leiria, através do apoio às associações ciganas de Leiria, e articulação com a Rede Europeia Anti-Pobreza, tendo sido apresentada uma candidatura para a integração profissional de dois mediadores ciganos, aguardando a sua aprovação.

- Apoio financeiro às IPSS's e Associações que trabalham nas áreas da Infância e Juventude, dos Idosos, da Deficiência e da Reabilitação, foi dado um apoio financeiro na ordem dos €469.015,00, foram beneficiadas 1527 pessoas, não estou aqui a incluir a Acção Social Escolar, estou apenas a referir apoios e, volto a repetir, são medidas que foram implementadas em 2008 até 31 e Maio de 2009.

Como meio complementar de inserção social saliento:

- Banco Local de Voluntariado de Leiria, através do qual é trabalhada a oferta de serviços de voluntariado e a procura de voluntários por parte de organizações, destacando-se a satisfação de 63% das solicitações apresentadas por IPSS's e Associações, no ano de 2008.

Para terminar, gostaria de referir e salientar, o dinamismo das organizações de solidariedade social do concelho de Leiria, aspecto este que se tem tomado como ponto forte, e às quais presto aqui a minha homenagem e o meu agradecimento por permitirem beneficiar as famílias e cidadãos do nosso Concelho que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Bem-haja a todos!

09-06-26 AM



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

O executivo terminou a sua intervenção. Este documento é obviamente importante e eu vou pedir à senhora Presidente que envie à Mesa este documento para que possa ser imediatamente enviados às bancadas municipais.

Eu vou dar agora a palavra ao senhor deputado Carlos André para a interpelação que pretendeu fazer à Mesa.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Era uma interpelação e agora passa a ser também um protesto se so senhor Presidente me consentir. E se me consentir, isto à margem do Regimento mas creio que compreenderá, gostava de dar uma palavrinha prévia que não tem nada que ver com isso, porque é a primeira vez que uso da palavra esta noite.

Eu gostava de saudar a população da Freguesia da Barreira, em nome do Partido Socialista e cuja bancada represento, gostava de saudar o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira e pedir desculpa ao senhor Presidente da Junta e à população, do facto de não ter chegado a tempo de ser um dos convivas do excelente acolhimento que toda a gente testemunha, quer foi dado aos membros desta Assembleia. De qualquer forma agradeço francamente o convite, e felicito o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira pelo trabalho que teve e pela iniciativa que teve, e pela forma como entendeu viver assim a democracia.

E então senhor Presidente vou passar à interpelação, não sem antes esclarecer o senhor Presidente que aquelas palavras que disse "fui levado a " são manifestamente excessivas para não dizer inadequadas. O senhor Presidente não foi levado a nada, agora do sítio onde eu estou sentado não conheço outra forma de dizer "peço a palavra para uma interpelação" que não seja falando. Não temos cartões para esse efeito, um amarelo para interpelação, um vermelho para protesto, não temos outro instrumento tive que dizer, aproveitei uma altercação que houve, se todos se recordarão houve uma altercação, para dizer ao senhor Presidente que queria fazer uma interpelação à Mesa, sendo eu conhecedor de que essa interpelação só poderia ter lugar no final do uso da palavra por parte da Câmara Municipal, que era o que estava a acontecer. Não era a minha intenção, e quem me conhece sabe que é assim, desrespeitar a senhora Presidente da Câmara Municipal, nem sequer a



interpelação era à senhora Presidente da Câmara Municipal, é de facto uma interpelação à Mesa.

E a interpelação à Mesa é muito simples. O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez três admoestações ao longo deste período de “antes da ordem do dia”, duas delas o Regimento assiste-lhe para as fazer, embora pessoalmente me tenha desagradado, confesso, foi quando disse, de uma forma tão dura, ao público que não aplaudisse, o público provavelmente nem sabia que não podia aplaudir, e portanto caiu-me mal a mim embora o Regimento esteja a seu favor. Mas fez uma terceira admoestação, é sobre essa a minha interpelação. Fez uma terceira admoestação, não foi nesse tom mas foi uma admoestação, dizendo a seguir à utilização da palavra por parte de um deputado municipal, que não estamos aqui em campanha eleitoral. A minha interpelação vai no sentido de saber porque é que o senhor Presidente o disse naquele momento e não o disse em mais momento nenhum, se o senhor Presidente entendeu que naquele momento, quando aquele deputado municipal terminou a intervenção dele era justo fazer aquela observação, mas não foi justo nem seria justo voltar a fazê-lo ao longo de todas as intervenções que houve durante o período de “antes da ordem do dia”.

Claramente isto: porque é que fez naquele momento, se foi o único momento que lhe pareceu justo fazê-lo e porque é que tendo-o feito naquele momento não repetiu noutros momentos.

O protesto é porque o Regimento me não permite pedir a palavra para uma surpresa ou para um desencanto, para um desagrado, porque eu não gostaria de usar a palavra “protesto” que me parece forte demais. Portanto, fique claro que não é um protesto, é um desagrado. E o desagrado é em relação àquilo que acabámos de assistir agora mesmo, e digo-o mesmo depois de ter ouvido o que o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse. Estas medidas de carácter social são demasiado importantes para serem trazidas a esta Assembleia sem ser num relatório apresentado, que nós pudéssemos ouvir, mas que ao mesmo tempo conhecêssemos e pudéssemos a seguir debater. Era interessante que fosse feito assim, porque, primeiro não quero acreditar que a Câmara Municipal e a senhora Presidente lhes dê tão pouca importância que as remeta para um cantinho escondido no período antes da ordem de trabalhos. Não acredito! São importantes seguramente e a senhora Presidente da Câmara pensará que são importantes. Também não acredito que a Câmara Municipal dê tão pouca importância à Assembleia Municipal que não lhe



consinta ter acesso a este relatório de forma a permitir um debate. Daí que, o meu desencanto vai neste sentido, porque não incluir este elenco de medidas como ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, para serem por nós debatidas, para serem por nós aplaudidas se for o caso, para serem por nós objecto de propostas de correcção e de rumo se for também o caso.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Em primeiro lugar, temos uma relação pessoal muito cordial para que isto possa constituir algum problema. Mas o senhor deputado chegou atrasado e não ouviu. A minha interpelação e a minha admoestação ao público foi um terceiro aviso, não foi um primeiro, porque eu logo no princípio, quando falou o senhor Presidente da Junta da Barreira e distribuiu estas ofertas, os residentes da Barreira aplaudiram isso. E eu, disse que daquela vez aceitava porque me parecia natural mas informei que não era possível continuar. E houve mais outros três avisos.

Segundo, em relação ao momento da minha interpelação acerca da questão da campanha eleitoral, também está errado senhor deputado, porque ela seguiu imediatamente à intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho e disse “eu não ia referi-lo mas já que o senhor me deu a deixa” porque ele disse que “estamos em campanha eleitoral”, eu achei que não deveria fazê-lo nessa altura e foi a oportunidade que encontrei.

No que diz respeito à interpelação do senhor deputado, tem direito a ela mas ela não deixou de interromper a senhora Presidente, e eu depois interrompi e devia ter imediatamente digamos admoestado, talvez se essa é a palavra a utilizar, o senhor deputado para fazer reentregar a palavra à senhora Presidente.

Finalmente, eu vou dar a palavra à senhora Presidente para responder, mas eu tomei a iniciativa de pedir que este documento fosse apresentado para ser distribuído imediatamente, porque me apercebo da importância, todos nós nos apercebemos da importância, a senhora Presidente certamente tem todo o interesse em divulgá-la também, mas a verdade é que ela foi apresentada a pedido de um dos senhores deputados e não estava agendada.

Eu quero ser absolutamente isento entre o executivo e a Assembleia Municipal, a verdade também, é que houve muitos senhores deputados que chegaram aqui e disseram aquilo que entenderam que deviam dizer e também não entregaram os



documentos previamente aos outros para os outros serem informados. Portanto, essa foi a minha interpretação, eu apenas pedi à senhora Presidente para o fazer chegar, e ela terá naturalmente a palavra, a última palavra neste período. São vinte e três horas e cinquenta minutos e ainda não saímos do período de “antes da ordem do dia” e temos toda uma agenda para completar, sob pena de obrigarem a Mesa a interromper os trabalhos, por não haver condições para a continuar e vamos marcar outra Assembleia para amanhã à noite. Peço desculpa mas a Mesa nesse aspecto é soberana! Nós não podemos protelar, estamos muito para além daquilo que o Regimento diz no que respeita à duração do período de “antes da ordem do dia”. Ainda temos umas moções para aprovar antes da ordem do dia, mas a senhora Presidente foi directamente interpelada pelo senhor deputado Carlos André e por isso tem a palavra. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente muito obrigada vou tentar ser mesmo muito rápida.

Eu acho que quer o senhor Presidente quer o senhor deputado Carlos André, têm toda a razão que isto deve ser transformado num documento. Se calhar ingenuamente fizemos isso, mas eu tinha-me comprometido na última Assembleia, que o primeiro local onde seria apresentada a súmula das várias medidas anti-crise seria a Assembleia e nós entendemos que a devíamos fazer aqui da maneira como fizemos. Talvez fizesse sentido trazer um documento para distribuir, mas entendemos que o devíamos distribuir de viva voz, o que é que estávamos a fazer, agora não vejo qualquer inconveniente, antes pelo contrário, acho muito acertado que seja colocado tudo isto num documento que se faça chegar a todos os senhores deputados. Foi o compromisso que nós tivemos e entendemos que o devíamos trazer assim e explicar às pessoas o que é que estava a ser feito. Explicar em primeiro lugar à Assembleia, como dizia o senhor deputado Carlos André e bem, com certeza que à Câmara também lhe interessa divulgar esta forma sistematizada das várias medidas que foram sendo adoptadas.

Senhor Presidente, eu peço muita desculpa de acrescentar só uma coisa muito rápida, mas há pouco esqueci-me, é apenas um pormenor para criar boa disposição. Fui aqui pelo menos interpelada por um ou dois deputados, não me lembro quem, sobre o estado de degradação em que estava o avião do parque. O avião do parque está arranjado e eu queria comunicar a quem não viu para ir ver.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Se os senhores deputados estiverem de acordo, eu atrevo-me a sugerir ainda outra coisa, é que este assunto da acção social seja incluído como assunto para discussão na agenda da próxima reunião.

Portanto os senhores deputados estão de acordo, será incluída como ponto de discussão na agenda de trabalhos da próxima sessão que será naturalmente em Setembro, e desde já chamo a atenção para os senhores deputados para o anúncio que foi feito hoje sobre a data das eleições, que em princípio será o dia 11 de Outubro, e ainda não sabemos qual será a data das legislativas, para fugir à campanha eleitoral provavelmente a Assembleia de Setembro tem que se realizar estatutariamente, será antecipada umas semanas no sentido de não coincidir com o período de campanha eleitoral. É só uma informação.

Vamos agora discutir as quatro moções que temos.

A primeira foi apresentada pelo senhor deputado José Guedes, da Junta de Freguesia da Boa Vista, que tem um **voto de louvor**, sob proposta da Junta de Freguesia da Boa Vista e que será votada apenas a parte que vou ler:

“A Assembleia Municipal reunida em 26 de Junho de 2009, delibera aprovar um voto de louvor aos livreiros participantes na Feira do Livro, pelo seu esforço e dedicação à realização da Feira do Livro em Leiria.”

Quem vota contra?

Que se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o presente voto de louvor

De seguida, uma **recomendação**:

“A Assembleia Municipal de Leiria recomenda à Câmara Municipal, que sempre que ocorra uma contra-ordenação ou violação do PDM da área de uma Freguesia, seja informada a Junta de Freguesia dessa área, sobre tais contra-ordenações e respectivo curso processual.”

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e sete votos contra, seis votos a favor e dezassete abstenções, rejeitar a presente recomendação.

De seguida uma **moção** apresentada pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira:
A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 26 de Junho de 2009, na Freguesia da Barreira, vem por este meio:

- *Manifestar a preocupação para com as situações de ausência de médicos de família, que assegurem o bom funcionamento das Extensões e Centros de Saúde do Concelho, com prejuízo para os utentes, realçando neste caso os mais idosos.*
- *Solicitar que sejam desenvolvidas todas as diligências possíveis para que sejam repostas as faltas de médicos de família, por forma a que cada utente possua um médico de família de referência, situação que pode ser relevante para o acompanhamento de todos os cidadãos em situações de crise/risco, como por exemplo no caso da existência de uma pandemia provocada pelo H1N1.*
- *Assumir a defesa do direito à saúde universal e gratuito para todos, bem como a defesa do serviço nacional de saúde, condição sine qua non da realização do exercício desse direito em termos de equidade.*
- *Manifestar o seu apreço quer para os autarcas das Juntas de Freguesia que têm procurado dotar as suas freguesias de centro de saúde e de redes de cuidados de saúde primários, quer para com os médios, enfermeiros e profissionais de saúde do Concelho que com o seu empenho e profissionalismo têm contribuído para a valorização e reconhecimento do bem servir público em termos de saúde."*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com sete abstenções aprovar a presente moção.

Finalmente, temos uma **moção de congratulação**, apresentada pela deputada Ana Elisa Santos, e diz o seguinte:

"A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 26 de Junho de 2009, felicita a União Desportiva de Leiria, pela brilhante prestação no campeonato da II Liga da época transacta, que lhe vai permitir reocupar aquele que é o seu lugar habitual no escalão máximo do futebol português.



A Assembleia Municipal congratula-se com este facto e agradece a todos aqueles que puderam contribuir para o sucesso, nomeadamente os jogadores, as equipas técnicas e os dirigentes, que no seu conjunto, conseguiram o feito de levar a bom termo uma notável recuperação, após um início menos com seguido, atingindo aquele que era o objectivo desejado pela generalidade dos leirienses."

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção de congratulação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado a todos.

Vamos passar então ao período da Ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro:*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente deseja prestar alguns esclarecimentos? Não!

Alguém quer discutir estes dois relatórios?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro.

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DO ANO DE 2008 – *Apreciação;*



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém deseja pronunciar-se sobre este relatório? É apenas para conhecimento!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório

**3. XI MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
– I REVISÃO – **Apreciação, discussão e votação;****

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente deseja dar alguma explicação? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, é só para dar uma explicação muito simples, é o habitual, é apenas a integração do saldo de transferência de 2008 para 2009, acontece sempre nesta altura.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este ponto?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com treze
abstenções, aprovar a I Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2009.**

**4. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO DA
COMUNIDADE NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE
FEVEREIRO – **Apreciação e votação;****

Julgo não ser necessária nenhuma explicação, contudo a votação deste ponto terá que ser nominal e por voto secreto.

Julgo que os grupos municipais já terão indicação do nome do elemento da respectiva bancada e irão apresentar por escrito.

Deseja intervir? Faça favor senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhor Presidente, a minha proposta visa alterar a ordem de trabalhos se o senhor Presidente consentir.

09-06-26 AM



A organização desta sala é diferente da organização da sala onde costumamos reunir, vamos ter que votar três nomes diferentes esta noite, e a minha sugestão é que se apresentassem as candidaturas, e as votações se realizassem no final dos trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

A Mesa também já tinha pensado em fazê-lo, de qualquer maneira agradeço a sua contribuição. Pergunto se as outras bancadas têm candidatos para apresentar? O grupo do Partido Socialista indica o nome da senhora deputada Manuela Santos, e o grupo do PSD indica o nome do senhor deputado Pedro Faria. E portanto são estes dois nomes que serão votados depois nessa fase final.

Eu quero deixar isto bem vincado porque depois na parte final da Assembleia gera-se sempre alguma confusão e para que não haja dúvidas sobre esse aspecto.

Agora, e já que o deputado Carlos André o sugeriu, podemos é passar o ponto n.º 5 para o ponto n.º 10, mas peço que entretanto os grupos tomem uma decisão sobre os nomes dos representantes a indicar para este mesmo ponto.

6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA – ALTERAÇÃO DO OBJECTO – *Apreciação, discussão e votação;*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém quer discutir este ponto?

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade a provar a alteração do objecto de protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Azoia.

7. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – *Apreciação, discussão e votação;*



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente deseja introduzir este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu acho que era importante a senhora vereadora dar algumas explicações sobre este assunto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora vereadora.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Esta proposta de alteração do Regulamento de Operações Urbanísticas surge no seguimento da alteração legislativa que houve sobre esta matéria e porque cumpre ao Município manter esta disciplina normativa de âmbito municipal que acautele os efeitos que o novo regime jurídico da urbanização e da edificação vêm acarretar.

Como sabemos, a Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, veio introduzir alterações a este regime jurídico da urbanização e edificação, que essencialmente importam na simplificação e na desburocratização dos vários procedimentos a que estão sujeitas as pretensões dos munícipes em relação à construção, à edificação e à urbanização. E portanto, com base nessa simplificação legislativa, tivemos que realmente proceder à alteração do regulamento municipal que existia e adaptá-lo à nova legislação. Ao nível regulamentar são estabelecidas as novas regras e a adaptação às novas normas. Em relação ao próprio regulamento, ele fica um documento bastante mais sintético também, ele reduz de cento e oitenta e um artigos para cento e dez artigos, e, há algumas normas que foram introduzidas relativamente a incentivos no pressuposto de podermos melhorar também, no que nos é possível a nível autárquico, em relação aos constrangimentos e a esta matéria de tramitação dos procedimentos. Relativamente ao prazo para a prorrogação do levantamento de uma licença, em que podia haver apenas uma prorrogação por seis meses para o levantamento da licença, tendo em consideração as dificuldades que neste momento se vivem e que muitas vezes dificultam que os requerentes possam levantar as licenças nesse prazo, é alargado o prazo de seis meses para dois anos. Há um primeiro prazo em que a licença deve ser levantada, e se não for possível pode ser requerida a sua prorrogação por dois anos. Julgo que este é um incentivo que vem

09-06-26 AM



melhorar bastante, outro incentivo é em relação aos prédios existentes no Centro Histórico e na área crítica de recuperação e de reconversão urbanística. Estas edificações deixam de ficar abrangidas pelo pagamento das compensações, portanto há aqui um incentivo bastante grande em relação às construções que se situem no Centro Histórico de Leiria. Ainda em relação ao cálculo das compensações que são devidas também nos termos da lei geral e do regime jurídico que aqui referi, são devidas pelos titulares de operações de loteamento e de obras de urbanização e de operações urbanísticas com impacte relevante e com impacte semelhante a loteamentos, em relação a estas compensações foi também alterada a fórmula de cálculo, reduzindo os coeficientes de localização.

Portanto, basicamente tentámos, dentro daquilo que foi possível, criar novos incentivos à construção e adaptar basicamente à nova legislação que é a Lei n.º 60/2007. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora. Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Proposta:

Considerando que o artigo 87º do decreto-lei 169/99, que regula o regime jurídico dos órgãos do Município, prevê que os assuntos que fazem parte da ordem do dia, devem ser entregues com pelo menos dois dias de antecedência;

Considerando que a data da Assembleia é de 26 de Junho;

Considerando que a data em que nos foi entregue a documentação referente ao ponto 7 da ordem de trabalhos foi dia 24, quarta-feira, e que tal entrega foi efectuada fora do prazo peremptório previsto na lei, dada a sua importância e o prazo diminuto que nos foi dado agora pelo executivo camarário para o estudarmos, apresentarmos propostas de alteração ou de enumeração de artigos, ou para podermos discutir politicamente com tempo minimamente plausível, de modo a ser possível a sua discussão com a maior transparência democrática possível, vimos



exigir a retirada do ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, por ser ilegal a sua discussão e ser nula qualquer decisão que vier a ser tomada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, eu talvez não tenha ouvido bem, a lei diz que são dois dias. Ele foi entregue no dia 24 e hoje são 26!

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

O artigo 87º do decreto-lei diz o seguinte " A ordem do dia é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de pelo menos dois dias úteis". Portanto, se o início da reunião é dia 26, dois dias úteis de antecedência são 24 e 25, teria que ser entregue o mais tardar até dia 23.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Eu antes de intervir queria fazer uma pergunta de esclarecimento.

O artigo 25º fala em estimativa do custo do total da obra, quatrocentos e cinquenta euros para habitação, duzentos e oitenta euros para comércio e serviços, duzentos euros para garagens e pavilhões industriais, e cento e cinquenta euros para anexos, áreas para arrumos e armazéns agrícolas. Eu queria saber como é que chegaram a esta estimativa. Por outro lado, realmente o artigo 68º da Lei n.º 169/99 define as competências do Presidente da Câmara, e o artigo 64º da mesma lei define as competências da Câmara. Há vários artigos neste regulamento, em que misturam, dizem que decide a Câmara ou o Presidente, e isto não pode ser, ou decide a Câmara ou decide o Presidente, poderá haver depois é delegação de competências, agora não pode estar é no mesmo artigo e no mesmo número. É o artigo 48º sobre as cauções, é o artigo 58º, é o artigo 69º n.º 3,4,5 e 7, é o artigo 70º, é o artigo 74º, o art.º 83º, 87º,etc. E realmente eu também só recebi o documento na data que foi referida e subscrevo a proposta do deputado Vitorino para que seja retirado o documento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós vamos ter que voltar à discussão da questão levantada pelo senhor deputado Vitorino Pereira.



Faça favor senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Eu comungo inteiramente da posição que foi assumida em requerimento ou proposta pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira. E digo com tranquilidade, qualquer jurista dirá, que não foram cumpridos os dois dias. Mas eu não me quero ater a critérios de carácter formal senhor Presidente e senhora Presidente da Câmara, quero fazer um apelo ao sentido de responsabilidade que deve caracterizar o nosso trabalho, não são problemas de carácter formal. Lendo a deliberação da Câmara Municipal, o que é aqui proposto é revogar os artigos 1º a 134º, ou seja, revogar cento e trinta e quatro artigos, com algumas excepções pelo meio, aprovar os artigos 40º a 91º, 92º a 97º e 98º a 101º, e pronunciar-nos globalmente sobre um regulamento que é dado depois em anexo, com setenta e seis páginas. A senhora vereadora, a quem louvo o trabalho de síntese que fez, veio aqui tentar clarificar isso, mas compreenderão que se trata de um documento de grande importância estratégica para o Concelho de Leiria, é o regulamento das operações urbanísticas no Concelho de Leiria. Uma Assembleia Municipal que olhou para isto ontem, e não somos vereadores em regime de permanência, não somos membros da Assembleia Municipal em regime de permanência, temos as nossas profissões, não tivemos tempo de apreciar este texto com cuidado. Não é má vontade, não tivemos tempo! E queremos com responsabilidade, dar o nosso sim ou o nosso não, e eu honestamente senhora Presidente da Câmara e senhor Presidente da Assembleia Municipal, não consigo com sentido de responsabilidade dizer nem sim, nem não. E desculpar-me-ão os membros desta Assembleia Municipal todos, não vou aqui lançar suspeições sobre ninguém, mas não acredito que haja uma pessoa nesta sala, a não ser da Câmara, que esteja em condições de dar ou o sim ou o não. E isto é demasiado importante para nós dizermos “porque a Câmara pensa desta maneira vamos votar”. A minha proposta, mas não me quero ater, repito, a critérios de ordem formal, consubstancia-se num apelo, vamos adiar esta votação em nome da responsabilidade. Eu lembro-me de há uns anos, não foi com esta Câmara e não é nenhuma crítica a esta Câmara, diz-se, que o PDM foi aprovado em cima do joelho, as pessoas nem pensaram, votaram., não foi com esta Câmara, estamos à vontade, diz-se que foi assim, não sei se foi assim se não foi, não podemos correr o risco de,



documentos que podem ser ou estruturantes ou semi-estruturantes, terem uma decisão assim, nós respondemos com responsabilidade perante os munícipes que nos elegeram. E a minha proposta portanto, vai no sentido de adiar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado Domingos Carvalho. Temos neste momento já dois problemas.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Há pouco o senhor Presidente não me permitiu que pudesse extirpar a imagem de algum pedantismo que pode ter tido a minha questão a ver com o protocolo, o que eu lamento, não posso deixar de lamentar, não era por uma questão de eu gostar muito de ter um lugar reservado para mim, é porque outros têm e acho que as coisas têm que ter uma forma, eu fui educado num colégio militar, sei as patentes militares e foi exactamente lá que me disseram, protocolo é uma coisa que há ou não há, não há meios-termos, e por isso, peço desculpa por este pequeno aparte.

Eu penso que neste caso estamos aqui perante a mesma circunstância que ocorreu também na questão da organização do Atletismo. Acabou de me dizer a secretária da Assembleia, que tinha sido colocado no site onde nós consultamos e eu na verdade nem sequer sabia que havia documentação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Mas foi enviado um e-mail a dar conta desse facto a todos os senhores deputados...

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Senhor Presidente, eu ainda sou um infor-excluído, ou seja, eu utilizo o mail no meu local de trabalho e não sou daqueles que faço consulta do mail por telemóvel. Razão pela qual, por razão da minha vida também, e que o senhor Presidente seguramente respeitará, cada um tem o seu tipo de vida, não tive oportunidade de passar pelo escritório nos últimos dois dias para ver os meus mails. E com isso, obviamente que, não é uma questão de ter lido mal na transversal ou na horizontal, não toquei, e querendo fazer fé de que é uma benesse para a nossa população, tenho um problema, saio da sala e não voto.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora vereadora faça favor!

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

Só um esclarecimento. Porque este documento esteve em discussão pública, ele foi publicado no Diário da República, II Série, em Março, esteve em discussão pública durante o tempo previsto para esse efeito, e foram ouvidas as associações como a ACILIS, a NERLEI, a ARICOP, a AECOPS, a DECO e o IGP. Durante esta discussão pública foram apresentados alguns comentários e sugestões por parte da ARICOP, AECOPS e DECO, foram devidamente analisados e tomados em consideração.

Portanto, isto para vos dizer que efectivamente este documento não é um documento desconhecido, é um documento que esteve já em discussão pública. Era este o esclarecimento que eu gostaria de dar. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado que intervir sobre isto? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhora vereadora, tenho o máximo de respeito por aquilo que disse, tenho o máximo apreço por aquilo que disse, mas disse muito bem, foi colocado em discussão pública. Não é disso que trata a minha intervenção. A minha intervenção é: Foi ou não foi enviado, com tempo suficiente, aos senhores deputados municipais para sobre ele se pronunciarem.

Eu não sou obrigado, enquanto deputado municipal, a estar a ver aquilo que a Câmara tem em discussão pública. Lamento muito dizer-lhe mas não sou. Eu tenho que ter conhecimento para discutir em Assembleia Municipal, os documentos finais que a Câmara Municipal aprova e me envia. Isso é o que eu tenho que ter conhecimento. Lamento ter que dizer senhor Presidente, continuo a considerar que não é uma atitude responsável votar este documento. O senhor Presidente fica a saber já, não votaremos nem contra nem a favor, nem abstermo-nos, porque seria irresponsável da nossa parte votar a favor, provavelmente o documento é bom, seria irresponsável votar contra porque não temos conhecimentos suficientes para votar contra, seria irresponsável abstermo-nos, a única atitude responsável, confesso, é a que o senhor deputado Domingos Carvalho disse, é a recusa à votação. Saímos e

09-06-26 AM



voltamos a entrar para participar na votação dos nomes, agora participarmos numa votação com estas características não participamos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado está a pôr a Mesa num dilema grande. Não é a Câmara Municipal que decide, isto está na agenda, a Câmara Municipal agora terá que aceitar a decisão da Assembleia Municipal, e a Mesa tem que tomar uma decisão. Não sou jurista, talvez a interpretação que vamos fazer seja ao arrepio daquilo que os juristas podiam fazer, temos juristas na sala mas naturalmente também não são independentes para dar essa opinião.

Há dois pontos em nosso entender que temos que resolver. O primeiro é aquele que foi levantado pelo senhor deputado Vitorino Pereira, que é da ilegalidade do prosseguimento deste agendamento, que é um agendamento prévio, porque o agendamento é feito pelo menos oito dias antes e a entrega dos documentos dois dias antes. Vamos a factos:

Eu estive fora da minha área de residência todo o tempo, desde que decorreu o envio do e-mail com o aviso de que os documentos estavam à disposição dos senhores deputados, que foi feito na quarta-feira de manhã. Admitindo que não se conta a 4^a feira de manhã, eu, na minha interpretação, tenho dois dias úteis completos, a quinta e a sexta-feira, uma vez que a Assembleia é feita depois de passar a utilidade do dia, se quiserem pôr assim. E portanto, é decisão da Mesa aceitar o agendamento e a discussão deste documento. Agora, há uma proposta que eu entendo bem, do senhor deputado Carlos André, e quer dizer que, independentemente desse facto, entende que sob o ponto de vista ético, sob o ponto de vista formal não o devíamos estar a discutir, e isso agora é uma decisão que cabe aos senhores deputados, que é votar esta proposta do senhor deputado Carlos André, de que não seja votado ou discutido este ponto da agenda de trabalhos. E depois de votada esta proposta do senhor deputado Carlos André, cada deputado sairá da sala quando quiser e entrará na sala quando quiser, porque eu não posso impedi-los de o fazerem. Mas é a única maneira que eu vejo. A senhora Presidente informou a Mesa de que não retira a proposta, a Mesa entende que os prazos foram cumpridos, salvo melhor interpretação, mas eu também não conheço ninguém na sala que me possa dar uma interpretação, dos vários juristas cada um tem a sua interpretação. A minha interpretação é de que os dois dias estão cumpridos.



Senhores deputados, fiz nova consulta aos elementos da Mesa e a Mesa mantém a decisão e portanto será feito assim.

Senhor deputado quer especificar a sua proposta? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

A minha proposta terá que ser votada, obviamente, uma vez que a Câmara não retira. Mas gostava de mais uma vez fazer um apelo. Vamos imaginar, com toda a serenidade, há dúvidas apesar de tudo, a Mesa não faz doutrina, toma decisões. Portanto, vamos participar num acto sobre o qual recaem dúvidas. Vamos imaginar que, aprovado que esteja este documento na reunião de hoje, alguém impugna a decisão da Assembleia Municipal, transforma-o num acto nulo e de nenhum efeito. O que significa que todas as deliberações que a Câmara tomar com base neste documento são deliberações nulas e de nenhum efeito. O que significa que criamos um imbróglio jurídico tremendo, apenas por teimosia da nossa parte. Quero apenas prevenir de que é isso que podemos estar a fazer, e não é preciso ser nenhum deputado municipal, qualquer cidadão pode introduzir o fenómeno da impugnação, e cria um imbróglio jurídico de todo o tamanho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Já agora eu queria esclarecer um ponto em resposta àquilo que disse o senhor deputado Domingos Carvalho. Eu chamo a atenção, que foi vontade expressa desta Assembleia, que eliminasse tanto quanto possível os papéis e portanto, a não ser para as pessoas que o declararam expressamente, que queriam a entrega de documentos pessoalmente, seria por via de e-mail. De todo o modo eu chamo a atenção para a responsabilidade dos senhores deputados, em sabendo que existe este período de quarenta e oito horas, dois dias, chamem-lhe o que quiserem, para a entrega dos documentos, terem o cuidado de nestes dois dias irem à procura dos documentos, se não, temos que voltar ao antigamente, não vejo outra maneira.

Então a decisão mantém-se, o senhor deputado Carlos André propõe à Assembleia, que esta delibere a suspensão deste assunto, e neste aspecto a Assembleia é soberana, e aí a Mesa não decide. O senhor deputado fez um apelo aos senhores deputados municipais e portanto fica à votação este pedido do senhor deputado Carlos André, do adiamento e suspensão da discussão deste assunto.



Quem vota a favor do adiamento da discussão e votação deste assunto correspondente ao ponto n.º 7 da ordem de trabalhos?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e três votos a favor, vinte e seis votos contra e quatro abstenções, rejeitar o pedido de adiamento da discussão e votação do ponto n.º 7 da ordem de trabalhos.

Portanto face ao resultado da votação o documento será aceite para discussão e votação.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Senhor Presidente, eu fiz um requerimento e tem que ser votado!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não! Esse requerimento que o senhor deputado fez corresponde a uma decisão que é da Mesa, que é soberana nesse aspecto, e portanto não tem que ser votado.

Deseja fazer uma declaração de voto senhor deputado? Faça favor.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Boa noite a todos!

Eu estava à espera que, a todo o momento, a senhora vereadora ou a senhora Presidente viessem ainda aduzir da necessidade da urgência da aprovação deste documento, pela falta que estaria a fazer, provavelmente, ao Município neste momento. Não foi dito isto mas foi quase.

No momento em que se disse aqui que foi um documento que circula há meses por aí, entre pareceres e toda esta volta que tem que dar estes documentos antes de chegar a este ponto, acho que isso ainda torna mais lamentável efectivamente, termos que estar aqui a contar as horas, saber se um dia para estes efeitos tem vinte e quatro horas ou se tem só as oito horas de trabalho. Acho isso absolutamente lamentável. E penso que era perfeitamente desnecessário estarmos aqui a discutir e termos a discussão neste ponto.

Eu não sei como é que os outros partidos trabalham, mas o Partido Socialista faz reuniões de preparação destas Assembleias Municipais. Fez uma reunião de



preparação na segunda-feira, na qual estava presente o senhor vereador Raul Castro, que nos disse que o assunto não tinha ido sequer ainda à reunião de Câmara, só na terça-feira é que ia à reunião de Câmara. E nós, levamos estes assuntos razoavelmente a sério, até talvez por termos uma bancada menos disciplinada do que a do PSD, precisamos de discutir os assuntos, e como precisamos de discutir os assuntos, temos que ter elementos para efectivamente se poder discutir.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Peço desculpa por interromper o senhor deputado, mas o senhor deputado pediu para fazer uma declaração de voto, o que está a fazer não é uma declaração de voto, é uma justificação.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Eu estou a justificar porque é que estou a contribuir, ou só não contribuí porque efectivamente a moção do senhor deputado Carlos André perdeu, para que a Câmara não disponha de um instrumento tão importante, como é com certeza este que estamos a falar, e mais, estar a arriscar ainda àquele perigo que o deputado Carlos André, e acho que com razão, evocou aqui, porque amanhã ou quando entrar em vigor começa a aplicação de coimas, e pode haver este recurso, com a invocação desta ilegalidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu quero dizer o seguinte:

Aquilo que o senhor deputado alegou agora na sua declaração de voto, é a insuficiência do prazo para discussão. E para isso esse prazo é o prazo do regimento. Então temos que alterar o regimento. Proponha-se uma alteração ao Regimento para dizer que os documentos têm que ser entregues quatro dias úteis antes ou cinco dias, ou sete dias.

DEPUTADO JOSÉ GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

José Guedes, Junta de Freguesia da Boa Vista.

Eu votei contra, porque acho que a proposta do deputado Carlos André é uma proposta sensata, é uma proposta justa, porque ninguém tem tempo para analisar um documento tão extenso e tão importante para o Município como é este.

O facto de vir a ser declarado ilegal o presente regulamento, não isenta de responsabilidade a Câmara Municipal e os deputados que votaram a favor. Todos



terão que assumir a responsabilidade. Se o documento for declarado nulo a Câmara Municipal vai ter que responder civilmente bem como os deputados que votaram a favor, civilmente e penalmente, pelas questões que todos aqueles levantarem em Tribunal. Eu acho que esta era uma questão de bom senso, nós deveríamos debater aqui este assunto com mais maturidade, com mais conhecimento, para podermos decidir se há alterações ou não a propor, aliás, a senhora Presidente da Câmara ainda hoje fez um apelo para haver uma atitude mais interventiva, mas com estas atitudes da Câmara Municipal não pode haver intervenção nenhuma.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, eu peço desculpa mas não pode utilizar esses termos, porque está a acusar outros deputados de intervenções menos próprias e isso não é aceitável.

Eu acho que, em termos democráticos, de facto, não é quem vota contra ou a favor seja de que proposta for, que é responsável por isto ou por aquilo, é a Assembleia no seu conjunto. O senhor deputado pode ter a opinião que quiser mas para mim é assim que funciona em democracia. Ninguém na Assembleia é responsável individualmente por expressar opinião e por votar seja de que maneira for.

Faça favor senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Uma vez que, a senhora Presidente da Câmara Municipal vai usar da palavra e presumo que a seguir se passe à votação, e não querendo eu interromper o formalismo desse acto, quero solicitar em nome do Partido Socialista ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que peça à D. Teresa que registe o nome dos deputados que se ausentam da sala, no momento da votação.

Vou-me ausentar da sala depois de ouvir atentamente a intervenção da senhora Presidente da Câmara, e com o respeito que lhe tenho, ausentar-me-ei da sala exactamente pelo que disse o senhor deputado José Guedes. Não quero que o meu nome fique associado como presente nesta Assembleia, num acto que considero incorrecto, e portanto requeiro que seja registado em acta, que neste momento, depois da intervenção da senhora Presidente, saí da sala e comigo saíram os deputados nominalmente identificados, que se ausentarem.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente muito obrigada.

Eu acho que se está aqui a criar um problema que não é habitual nesta Assembleia, e eu tenho que lhes dizer, como fiz sempre em todas as intervenções que fiz nesta Assembleia, de coração aberto.

E o problema que se está aqui a criar com todo este espectáculo e com esta profundidade tem a ver com aquilo que o senhor Presidente disse há pouco, se não nada disto tinha acontecido. E se calhar, também por causa disso, é que foi a minha atitude, ou seja, estamos todos afectados e "*mea culpa*", por um ambiente de pré, pré, que se vive. Não tenho qualquer dúvida. Não tenho senhor Presidente, porque se não, nada disto tinha acontecido como aconteceu, nem eu sequer tinha tomado a atitude de manter, e isso é péssimo, porque o que eu nunca senti nesta Assembleia foi essa atitude de desconfiança.

Antes de tomar a decisão final senhor Presidente, só queria dar aqui duas explicações da importância que este documento tem por duas razões:

O documento é grande, mas é apenas por duas razões, o senhor deputado Sequeira disse e é verdade, é importante explicar. Há dois ou três processos de construção no Centro Histórico, que são importantes como todos sabemos, que estão à espera da questão das compensações para avançar com o levantamento da licença, porque, como disse a senhora vereadora, uma das alterações que é introduzida neste documento é a isenção do pagamento de compensações nas obras do Centro Histórico. Há pelo menos dois ou três processos que as pessoas sabem que este documento esteve em discussão pública, conhecem-no, e naturalmente estão a adiar a intervenção tendo em conta que vão beneficiar de uma vantagem por estarem a fazer intervenções no Centro Histórico. Um deles posso dizer que é o edifício, importante, na Rua Barão de Salgueiro, no Terreiro. Esta é uma das razões. A segunda, é porque, como há uma ampliação do prazo de levantamento de licenças, passa de seis meses para dois anos, como toda a gente sabe a crise que atravessamos, já se falou aqui nisso, também afecta a construção, o facto de as pessoas não terem condições para levantarem as licenças neste momento, as licenças caducam ao fim de seis meses, se entrar em vigor o regulamento, as



licenças caducam ao fim de dois anos e portanto, evita-se um reinício do processo burocrático por parte do requerente e naturalmente também por parte da Câmara, ter que analisar outra vez o processo. São estas as duas razões fundamentais, o resto pode-se conviver perfeitamente até Setembro, ou até Outubro, com o regulamento actualmente em vigor. Mas apesar de ter estas duas razões concretas, e que temos que ter toda a consciência das consequências que isso tem, ou seja, são processos no Centro Histórico que vão ser adiados na sua intervenção, são pessoas que vão ficar com a licença caducada e vão ter que reiniciar o processo, não aconteceria se tivesse o prazo de dois anos, e eu acho que para bem do entendimento que aqui tem sempre havido, com uma questão que eu considero completamente, do ponto de vista político, menor, que é quando diz "isto é estratégico", não é senhor deputado, isto é repetição do regulamento existente, apenas com pequenas alterações decorrentes da lei. A mim constringe-me que se esteja aqui a criar um problema de fundo nesta Assembleia, com uma coisa que é completamente secundária face a montanhas de problemas que aqui já foram discutidos. Esses sim, estratégicos e de grande importância. Se dissesse que estávamos aqui a criar um regulamento novo, mas não, é um regulamento de adaptação ao já existente e que está em vigor, que não tem alterações significativas face ao que está em vigor, excepto no que diz respeito a estas questões. Os senhores podem dizer que não acreditam em nada do que estou a dizer, porque nós é que não tivemos tempo e como não tivemos tempo têm o direito de ter tempo, e não acreditam em nada daquilo que eu estou a dizer.

Portanto, face a isto e como acho que se está a criar um problema de ambiente tenso numa Assembleia que foi sempre, independentemente das nossas posições, dos nossos entendimentos, das nossas perspectivas, que saudavelmente foram sempre diferentes, e com certeza que continuarão a ser, em qualquer Assembleia, eu acho que não faz sentido.

Senhor Presidente, eu proponha, se o senhor assim o entender, que das duas uma, ou faz-se uma Assembleia Extraordinária apenas para isto e para as medidas anti-crise, ou passa para Setembro. Eu digo muito sinceramente, preferia fazer uma Assembleia Extraordinária, em que os únicos pontos tratar eram estes dois, fazíamos a Assembleia Extraordinária no princípio de Julho, não foi hábito nunca fazermos muitas Assembleias Extraordinárias, e portanto, não acho que seja nenhum crime de



lesa a Pátria. Por outro lado também se discutia atempadamente, com a distribuição do respectivo documento, o documento das medidas anti-crise.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente fez à Mesa uma sugestão, eu peço trinta segundos para tomar essa decisão.

A senhora Presidente, aquilo que sugeriu à Mesa foi a retirada deste assunto da discussão da agenda de hoje, o que é seu direito e não necessita de votação, desde que seja marcada uma Assembleia Extraordinária.

O senhor deputado quer fazer alguma sugestão? Faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, face à proposta que a senhora Presidente fez, e porque objectivamente aquilo que eu não consigo entender e gostava que fosse explicado a esta Assembleia, porque acho que é relevante para o nosso entendimento, porquê este documento existente há tanto tempo, só foi tão tardiamente distribuído aos deputados municipais.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Isso foi explicado já senhor deputado, ele só foi à reunião de Câmara na terça-feira, e logo foi distribuído pelos senhores deputados no dia seguinte.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Senhor Presidente, eu isso percebi, o que eu não percebi é porque é que o documento existente há tanto tempo, só agora é disponibilizado por via de ser agendado, uma coisa é decorrente da outra. É isso que eu gostava de perceber, porque seguramente o prazo de discussão pública não acabou na segunda-feira.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O senhor deputado está outra vez a insistir no mesmo mas eu explico-lhe.

A mim parece-me que tudo isto poderia ser evitado se o documento tivesse sido distribuído aos senhores deputados, mesmo antes de ter ido à reunião de Câmara.

Não era a primeira vez que isso acontecia.

Logo que veio da discussão pública, devia ter sido distribuído pelos senhores deputados antes de ir à reunião de Câmara. O que é que acontecia a seguir? Ia à



reunião de Câmara, se houvesse uma alteração pontual trazia-se aqui, por acaso houve, o vereador Raul Castro sugeriu aqui três coisinhas mínimas que nós aceitámos, e depois na quarta-feira era distribuída uma folhinha com as notas das alterações. A verdade porém é que, eu ainda vou perceber porquê, isso não aconteceu. Eu não estive cá durante uns dias, estive fora de férias, e antes de ir de férias, disse que como era um documento extenso que fosse distribuído pela Assembleia Municipal, ia à reunião daquele dia, faziam-se as pequenas alterações e seguia. A verdade é que isto não aconteceu. E portanto só foi distribuído pelos senhores deputados depois de ter ido à reunião de Câmara, que foi na terça-feira. Está certo?

Houve aqui, na minha opinião, um erro nosso, o documento devia ter ido mais cedo e não foi.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado pretende intervir sobre este assunto? Faça favor.

DEPUTADO LEONEL COSTA (INDEPENDENTE)

Boa noite!

Senhor Presidente, eu gostaria, com a mesma postura com que o deputado Carlos André tentou sensibilizar para os problemas que seriam ou não, a aprovação do documento, gostaria mais uma vez que, se houverem dúvidas sobre o documento e atendendo à importância que ele provavelmente terá para a população em geral e para os interessados pelo mesmo, fossem aqui feitos esclarecimentos mais detalhados, porque com certeza, aprovar o documento agora ou não aprovar, da próxima vez ele irá ser aprovado. Logo, penso que com esclarecimentos lógicos e concretos, como dizia também o senhor deputado do Partido Socialista, esse assunto podia ser resolvido, e aí aproveito a opinião da senhora Presidente, de que estamos aqui a fazer política daquela que não é produtiva e é aquela que provoca a crise mundial que nós atravessamos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu penso que sobre este assunto já discutimos o suficiente. É evidente que a senhora Presidente retira o documento, está retirado, o assunto não vai ser discutido. Quanto à sessão extraordinária informo os senhores deputados que serão imediatamente



convocados para a mesma, que terá lugar no próximo dia 6 de Julho, às vinte horas e trinta minutos, no Centro Associativo Municipal, para discussão de dois pontos únicos e não vou admitir mais nenhum ponto. Um é a proposta de Regulamento de Operações Urbanísticas do Município de Leiria, e o outro é o documento que será distribuído no início da próxima semana, sobre as medidas de apoio social e que levantou essa discussão.

O artigo 12º do Regimento refere que, as sessões extraordinárias são convocadas por Edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, e nós aceitámos que é através do e-mail, com pelo menos cinco dias de antecedência, é o que está no Regimento.

Deseja intervir senhor deputado Carlos André? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

O Partido Socialista garante que não suscitará qualquer objecção em relação à marcação da data para o dia 6 de Julho. E portanto, da parte de todos os deputados do Partido Socialista, tem o senhor Presidente a garantia de que há o nosso acordo em que seja no dia 6.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado. Faça favor senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Senhor Presidente, foi muito sensata a proposta da senhora Presidente, mas a Mesa está a tomar uma deliberação que vai contra a deliberação acabada de tomar pela Assembleia Municipal. A Assembleia acabou de decidir que é votado aqui hoje o documento do ponto n.º 7, e a seguir a Mesa, depois de contar os votos, toma uma deliberação diferente. Eu não quero inviabilizar este adiamento, acho que é sensato, acho que deve haver essa sessão extraordinária, mas eu gostava em nome destas questões todas que foram levantadas, de legalidade, de prazos, etc., de pôr legalidade numa deliberação acaba de tomar pela Assembleia Municipal, e que a Mesa logo a seguir toma uma deliberação contrária, sem submeter novamente à Assembleia Municipal.



Apesar deste apelo que eu faço, acho perfeitamente sensato, acho perfeitamente útil, que seja feita essa extraordinária, mas é nome apenas da legalidade, em nome daquelas deliberações que são tomadas pela Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado levanta um não problema na medida em que a Assembleia é soberana, deliberou votar mas subseqüentemente a senhora Presidente retirou o assunto. Assim compete à Mesa, e o Regimento diz que em qualquer momento pode ser retirado, só não pode ser retirado depois de ser votado. E nós o que votámos foi uma proposta de votação ou não do ponto, não votámos o documento em si.

Portanto o documento foi retirado a tempo antes da votação, depois da votação não poderia ser retirado.

Senhores deputados eu recorro que, na segunda-feira, dia 6 de Julho, às vinte horas e trinta minutos, como habitualmente no Centro Associativo. Ficam já avisados, sendo que a convocatória seguirá na segunda-feira, para não obrigar a funcionária a trabalhar no fim-de-semana. Receberão a convocatória acompanhada do documento referente às medidas de apoio social que a senhora vereadora leu aqui. E esses dois documentos, e mais nenhum, serão discutidos no dia 6 de Julho.

Assim sendo, eu congratulo-me com a decisão da senhora Presidente da Câmara, que realmente levantou problemas. Eu apesar do meu sentido de voto também sentia que havia aqui um problema de ética em termos de disponibilidade para votação, e votei assim, é talvez a primeira vez que voto de maneira diferente, e votei antes de saber o resultado da votação, e até podia com o meu voto ter anulado essa decisão. Mas eu não posso deixar de dizer que, em quatro anos, a Mesa procurou dirigir a Assembleia de forma a evitar este tipo de problemas. E eu, tenho que manifestar o meu profundo desagrado, não foi pela senhora Presidente da Câmara o dizer, foi por, não todos mas alguns de vós, usarem esta Assembleia com carácter eleitoral. Julgo que isso não deveria ser aceitável porque não está no espírito da Assembleia Municipal. E se é assim, isto deixa-me muitas ânsias, muitas dúvidas, sobre o que vai ser a reunião de Setembro. E por isso eu apelo aos senhores deputados, já de antemão, que na sessão de Setembro os senhores deputados não preparem documentos extensos de propaganda eleitoral, que é legítima mas noutras circunstâncias, podem fazê-lo lá fora, antes de começarmos a Assembleia, e seja o



que for que se apresente para discussão, que o seja com o rigor que cada assunto merecer. Dizer ainda que nesse dia, nessa Assembleia, farei cumprir o Regimento, ou seja, o período de antes da ordem do dia terá sessenta minutos de duração, dos quais vinte minutos pertencem à senhora Presidente da Câmara, e os partidos terão que dividir quarenta minutos entre si, tudo em nome da serenidade que este órgão merece.

Eu peço a compreensão dos senhores deputados, peço também desculpa se fiz algumas interpretações erradas, mas nós não podemos estar aqui permanentemente a discutir o sexo dos anjos, e a Mesa também tem os seus direitos.

O senhor deputado Manuel Carvalho já pediu a palavra há algum tempo, vou dar a palavra mas aviso-o de que este assunto está encerrado. Faça favor.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia da AZOIA)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

Já tinha pedido a palavra antes de alguns colegas deputados falarem, mas esse pormenor também não me incomoda.

Eu queria apenas dizer o seguinte:

Uma vez que vai haver, e penso que foi de muito bom senso a decisão da senhora Presidente, como habitualmente o faz, eu venho aqui dizer que a senha de presença a que tenho direito nesta sessão, é equivalente a 1/3 daquilo que eu recebo todos os meses na Junta de Freguesia, e vou a muitas reuniões e perco muito tempo na Junta de Freguesia, mas vir aqui a uma Assembleia por meia hora é muito insignificante para aquilo que se faz numa Junta.

E portanto, a minha senha de presença da sessão extraordinária ficará para a Câmara e se não puder ser assim fica para a Conferência de S. Vicente de Paulo, na Barreira.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Todos têm direito a receber porque decorre da lei, e cada um fará dela o que bem entender, dito publicamente ou não. Não é isso que está em causa neste momento. Chamo também a atenção de que a próxima Assembleia não terá intervenção do público nem período de antes da ordem do dia, será destinada apenas à discussão destes dois assuntos.

Passamos portanto ao ponto n.º 8.

09-06-26 AM



8. AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – PROC.º DE OBRAS PARTICULARES N.º 661/08 EM NOME DE SÉRGIO PAULINO GOMES DE OLIVEIRA – **Apreciação, discussão e votação;**

Senhora Presidente pretende dar esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Talvez a senhora vereadora queira dar.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

É mais um ajustamento de pormenor nos termos do artigo 96º do Regulamento do PDM, como aqueles que têm vindo aqui, sendo que, a parcela matricial neste caso tem mais de 2/3 em solo urbano, e tem menos de 1/3 em solo de uso industrial.

O que se passa é que este senhor fez uma pequena alteração na sua moradia, ampliando um pouco a sala e a cozinha, e essa ampliação foi parar à parte que tem uso industrial. Daí que, este ajustamento de pormenor permite conformar toda a unidade matricial com o uso urbano e é isso que se pretende.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Desejam mais algum esclarecimento? Vamos votar!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por unanimidade, aprovar o ajustamento de pormenor proposto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 96º do Regulamento do PDM.

9. CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS – **Apreciação, discussão e votação;**

Se ninguém quer esclarecimentos vou colocar à votação.

Quem vota contra?

09-06-26 AM



Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, entre o Município de Leiria e as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas constantes dos presentes contratos-programa.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos voltar aos pontos n.º 4 e 5 da ordem de trabalhos

4. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO – **Apreciação e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O grupo do Partido Socialista apresenta o nome da senhora deputada Manuela Santos, e o grupo do PSD apresenta o nome do deputado Pedro Faria. Portanto serão estes apenas os nomes que serão votados, ou um ou outro. Como disse no início a votação, quer neste que no ponto n.º 5, será feita por voto secreto, sem chamada nominal, a mesma será feita por ordem de bancada, em fila.

Senhores deputados, feita a contagem dos votos, o resultado da votação é o seguinte: o senhor deputado Pedro Faria reuniu vinte e sete votos, a senhora deputada Manuela Santos reuniu vinte um votos, houve um voto nulo e dois votos em branco.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera nomear como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade, o senhor deputado Pedro Lopes Pereira Faria.

5. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA E DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL – **Apreciação e votação;**

Para este ponto, temos que nomear um representante da Assembleia Municipal e um representante das Juntas de Freguesia. Eu tenho algumas dúvidas sobre o modo como devemos votar este ponto, porque o que faz sentido é que os eleitos directos

09-06-26 AM



votem no seu representante e os senhores Presidentes de Junta elejam o seu representante, mas se entendem que deve ser feita apenas uma lista, sem diferenciação, tudo bem.

O grupo do PSD indica como representante da Assembleia Municipal o senhor deputado Carlos Poço e como representante das Freguesias o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, Arlindo Pereira. O Partido Socialista não apresenta lista, portanto esta será a lista A e única.

Senhores deputados, feita a contagem dos votos, o resultado da votação é o seguinte: vinte oito votos a favor, dezanove votos em branco e quatro votos nulos, para um total de cinquenta e um votantes, exactamente como na votação anterior.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera nomear como representante da Assembleia Municipal e representante das Freguesias no Conselho Municipal de Protecção Civil, os senhores deputados Carlos Poço e Arlindo Brites Pereira, respectivamente.



Agradeço a presença de todos, quero agradecer em especial a presença do público da Barreira e mais uma vez agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira pelo excelente acolhimento com que nos brindou. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnico, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 11 de Setembro de 2009, deliberou por maioria, quatro abstenções aprovar a acta.

O Presidente da Assembleia



Manuel de Jesus Antunes

O Assistente Técnico

Teresa Paula Pinto